

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL

NATÁLIA DE CASSIA COELHO MACEDO

**POLÍTICA SOCIAL: A TRANSFORMAÇÃO E DESMONTE DAS POLÍTICAS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2019. 1

NATÁLIA DE CASSIA COELHO MACEDO

**POLÍTICA SOCIAL: A TRANSFORMAÇÃO E DESMONTE DAS POLÍTICAS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Ms. Márcia de Sousa Figueiredo Teotônio

JUAZEIRO DO NORTE- CE

2019. 1

NATÁLIA DE CASSIA COELHO MACEDO

**POLÍTICA SOCIAL: A TRANSFORMAÇÃO E DESMONTE DAS POLÍTICAS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Ms. Márcia de Sousa Figueiredo Teotônio

APRESENTADA EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Ms. Márcia de Sousa Figueiredo Teotônio
Orientadora

Prof.^a.
1º Examinador

Prof.^a.
2º Examinador

JUAZEIRO DO NORTE- CE

2019.1

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por me dar o dom da vida, pois sem Ele nada somos, aos meus pais Francielde e Penha, por sempre estar ao meu lado me incentivando, ao meu maior tesouro Pedro Henrique, pois é por ele e para ele que busco estas conquistas que me renderão frutos exitosos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Agradeço aos meus pais Francielde e Penha por me amarem e serem meus maiores exemplos, pois através dos seus esforços eu pude ter uma formação básica de qualidade que foi a sustentação para todas as conquistas estudantis alcançadas até hoje por mim. E além disso sempre foram meus maiores incentivadores e espectadores de todas as minhas realizações e conquistas.

Sou grato ao meu companheiro de vida Reginaldo, que me incentivou e estimulou para que eu concluísse esta graduação, e foi o grande patrocinador dessa conquista.

Agradecer aos meus irmãos Selma e Janilo, que as vezes mesmo de longe foram meus melhores amigos e confidentes, que nas horas mais difíceis me incentivaram a sempre me ajudaram, cada um da sua forma, para que eu alcançasse meus objetivos.

Ao meu filho Pedro Henrique, que antes de completar o primeiro mês de vida, já era minha companhia para ir a faculdade, que por um tempo foi o mascote da turma e o bebê mais amado da faculdade.

As minhas colegas de turma Priscilla, Camila, Marlete, Isabel e Karisia, parceiras de trabalhos e de grupos de estudos, que incentivavam umas às outras sempre nos ajudando sem deixar nenhuma para trás. Em especial a Luciene, que além de colega uma grande amiga que carregou para a vida e Fábria, que sempre foi minha parceira, minha dupla, minha professora, e minha amiga que foi tão relevante nessa reta final.

Aos mestres, que transmitiram seu conhecimento de forma tão compreensível para que nos tornemos profissionais éticos, e com uma visão holística do mundo. Em especial a minha orientadora, a professora Marcia, que sempre foi muito acessível e compreensiva nos momentos de turbulência que precisei enfrentar ao longo da construção deste trabalho de conclusão.

A todos que fazem parte do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, que fizeram parte de maneira direta ou indireta da minha formação.

“Peçam, e será dado; busquem, e encontraram; batam, e a porta será aberta. Pois todo o que pede recebe; o que busca encontra; e aquele que bate a porta será aberta.”

(Mateus 7:7-8)

RESUMO

Abordar a temática Política Social remete a vários elementos que estão intrinsicamente relacionados a construção e o desmonte que estas vividos no hodierno cenário brasileiro. Nessa perspectiva, o presente estudo monográfico traz como principal objetivo desvelar os impactos causados pelo neoliberalismo e a crise social e estrutural vivenciada pelo Brasil nas últimas décadas, ao longo de uma história de conquistas e fracassos vivenciado pelos usuários e pelos assistentes sociais que são os agentes de efetivação da política. A metodologia utilizada foi bibliográfica, tendo como principais obras Política Social: Fundamentos e História de Elaine Rosseti Behring e Ivanete Boschetti; Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas de Marilda Iamamoto e Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social no Brasil de Ana Elizabete Mota. A pesquisa está dividida em três capítulos que discorrem de elementos pertinentes a temática abordada, o primeiro capítulo disserta acerca de um resgate histórico da Política Social no Brasil, tomando como ponto de partida a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. O Segundo capítulo versa sobre as ações capitalistas e a investida neoliberal que desmontam a política social. Por fim, o terceiro capítulo refere-se ao desafio do assistente social, pautado na ética profissional, abordando as dificuldade encontradas na concretização da sua atuação profissional, tendo em vista o assistente social está inserido em uma situação de dicotomia, devendo este assegurar os direitos básicos ao usuário ao mesmo tempo que contempla a demanda do Estado, como executor da política. O debate sobre a temática não se esgota, tendo em vista a investida neoliberal, e verifica-se que cada vez mais o Estado exime-se de sua responsabilidade, transferindo-a a sociedade civil a implementação e execução das políticas sociais resultando em uma classe cada vez mais marginalizada e a margem da sociedade.

Palavras-Chaves: Política Social; Neoliberalismo; Questão Social; Ética Profissional.

ABSTRACT

Addressing the theme Social Policy refers to some elements that are intrinsically related to a construction and the dismantling that these experience not nowadays Brazilian scenario. In this perspective, the main objective of the present monographic study is to unveil the effects of neoliberalism and the social and structural crisis experienced by Brazil in the last decades, along the history of achievements and failures experienced by users and social workers who are agents effectiveness of the policy. The methodology used was bibliographical, having as mains works Social Policy: Foundations and History of Elaine Rosseti Behring and Ivanete Boschetti; social Policy in Capitalism: contemporary trends of Marilda Iamamoto and Scenarios, Contradictions and Pelejas of Social Service in Brazil by Ana Elizabebte Mota. The research is divided into three chapters that discusses the relevant elements of the subject, the first chapter on the dissemination of a new history of social policy in Brazil, taking as a starting point a promulgation of the Constitution of the city of 1988. The second chapter is about the capitalist actions and neoliberal investments that dismantle a social policy. Finally, the chapter refers to the challenge of the social worker, based on professional ethics, addressing the difficulties in the accomplishment of his professional performance, in view of the social worker in which a situation of dichotomy is inserted, manual with same time that contemplates the demand of the State, as executor of the policy. The debate on the thematic is not exhausted, in view of the neoliberal onslaught, and it turns out that increasingly the State relieves itself of its responsibility, transferring it to civil society the implementation and execution of social policies resulting in a class increasingly marginalized and the margin of society.

Keywords: Social Policy; Neoliberalism; Social issues; Professional ethics.

LISTA DE SIGLAS

CF- Constituição Federal;

PNAS- Política Nacional de Assistência Social;

SUAS- Sistema Único de Assistência Social;

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social;

FMI – Fundo Monetário Internacional;

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social;

PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família;

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos;

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social;

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

LA – Liberdade Assistida;

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade;

FHC – Fernando Henrique Cardoso;

NOB – Norma Operacional Básica;

NOB-RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos;

PBF – Programa Bolsa Família;

PIB – Produto Interno Bruto;

LGBTTTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros;

SUS – Sistema Único de Saúde;

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente;

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo;

PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

PEC – Proposta de Emenda a Constituição;

ONG – Organização Não Governamental;

SIS – Síntese de Indicadores Sociais;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

PL – Projeto de Lei.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - RESGATE HISTÓRICO DAS POLITICAS SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ DE 1988	15
1.1 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL A LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: O GRANDE PASSO.....	16
1.2 A REAFIRMAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NA DÉCADA DE 2000.....	23
CAPÍTULO II: O REVÉS DA HISTÓRIA: AÇÕES CAPITALISTAS E INVESTIDAS NEOLIBERAIS QUE DESMONTAM AS POLITICAS SOCIAIS	26
2.1 POLÍTICA SOCIAL EM SUA MAGNITUDE E PERDAS SOCIAIS: UM DIÁLOGO ENFÁTICO DO WELFARE STATE AO NEOLIBERALISMO	26
2.2 ENTRE 2000 A 2014: ANOS DE GLÓRIA OU MÁSCARA SOCIAL?	33
2.3 PROTEÇÃO SOCIAL SOB A OFENSIVA NEOLIBERAL: ESTRATÉGIAS POLÍTICAS PARA A SUPERAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL.....	41
CAPÍTULO III: O DESAFIO ATUAL DO ASSISTENTE SOCIAL PARALELA A ÉTICA PROFISSIONAL NA FILEIRA DOS DIREITOS SOCIAIS.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

Trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso, tido com requisito para o grau de Bacharel em Serviço Social, no Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. O trabalho proposto visa elucidar o debate de como o neoliberalismo tem sido implementado nos países capitalistas como uma alternativa para a saída da crise sistêmica instaurada em 1970 e como este influencia diretamente na construção dos sistemas de Seguridade Social. Será examinado, ainda, as transformações da política social na América Latina e, especificamente, o caso brasileiro, visando discutir como as medidas de regulação da sociedade afetam o modelo de Seguridade Social proposto.

Este trabalho, se constitui em uma pesquisa bibliográfica onde através da mesma, vem problematizar o exercício profissional do assistente social no âmbito das políticas sociais, dentro de uma conjuntura de advento do neoliberalismo e com ênfase na particularidade brasileira. Tendo como objeto de estudo o impacto do Neoliberalismo no desmonte das políticas sociais no Brasil.

O trabalho está estruturado em três capítulos chaves: resgate histórico das políticas sociais no Brasil a partir da constituição cidadã de 1988, o revés da história: ações capitalistas e investidas neoliberais que desmontam as políticas sociais e o desafio atual do Assistente Social paralela a ética profissional na fileira dos direitos sociais.

O capítulo um traz uma contextualização histórica, tendo como marco a Constituição Federal de 1988, perpassando por documentos que estão relacionados a política de assistência e a profissão do assistente social, bem como uma análise sobre o conceito de política social. As políticas sociais podem ser compreendidas como recursos sócio históricos, cujas bases se reportam ao surgimento das expressões da Questão Social e, por conseguinte, à necessidade de controle do potencial ameaçador do trabalho à continuidade da sociedade capitalista. Nesse viés, analisá-las implica perceber as correlações de forças presentes em cada momento histórico, as quais dirão sobre as possibilidades de retrocesso ou ampliação de direitos a/ao trabalhadora/or. Direitos esses, circunscritos à necessidade de obtenção do consenso de classe pelos setores dominantes.

Por conseguinte, refleti-las, no processo de consolidação e espraiamento do neoliberalismo em meio a nuances da sociabilidade, trata-se de perceber um arcabouço repleto de farsas que congregam medidas coercitivas; universaliza a concorrência; consolida o mercado mundial; expande os meios de propagação do seu ideário; centra a produção agrícola a imposições do agronegócio; promove o desenfrear da especulação imobiliária, dentre outros.

Ademais, permeia a dinâmica de superação e formulação dos mecanismos de exploração da vida.

No campo dos direitos sociais é perceptível a falta de acesso às políticas sociais, que estão cada vez mais focalizadas na extrema pobreza, ou seja, só têm acesso àqueles que estão na linha de pobreza, pois os que podem custear a educação, saúde, previdência, dentre outras políticas que são de responsabilidade do Estado passam a integrar o rol de cidadãos consumidores das políticas sociais.

O segundo capítulo versa acerca das ações capitalista e investida neoliberal. Nessa linha, a dosagem neoliberal traz consigo a reestruturação produtiva, que resulta em sérias modificações no mundo do trabalho, acentuando o processo de precarização deste. No que se diz respeito a proteção social, o neoliberalismo enfatiza a intervenção mínima do Estado, para que este repasse suas responsabilidades para as associações privadas.

Dessa maneira, os problemas sociais tornam-se alvos da caridade e da “solidariedade” privada, perdendo seu caráter de direito e excluindo os processos reivindicatórios dos movimentos sociais. Cabe ser falado que as políticas sociais latino-americanas são frutos de processos históricos distintos e específicos e que determinam o trato que o Estado dá à “Questão Social”, mas que também sofreram (sofrem) influência direta do modelo neoliberal.

Assim, irá ser elencado sobre o neoliberalismo no contexto brasileiro como um processo de contrarreforma, e indicado suas consequências para o usuário de Serviço Social. Para análise, será utilizado do materialismo histórico-dialético bibliográfico no intuito de desvelar o objeto de estudo na sua essência, mostrando a sua relação com a totalidade que o cerca. Desse modo, é considerável a relação do sistema capitalista com os elementos e instituições sociais, aqui apresentada pelas políticas sociais e o Estado.

Por fim, o terceiro capítulo trata do desafio do profissional assistente social na fileira dos direitos sociais. São nas políticas sociais que se criam os espaços intensivos de atuação profissional do assistente social na realidade contemporânea, pois estas são expressões do Estado numa tentativa de dar respostas aos crescentes níveis de pobreza.

Sendo a Questão Social e suas expressões, objeto ou matéria de trabalho do assistente social, está se manifesta sob a forma de desigualdade social acirrada no contexto da sociabilidade capitalista: pobreza, desemprego estrutural, baixa escolaridade, entre outras, portanto, constitui-se um desafio ao exercício profissional do assistente social haja vista que as políticas sociais não propõem um real movimento de erradicação das desigualdades sociais.

Este enredo adquire legitimidade a partir da função do Estado do capital que fomenta a subordinação das relações sociais diante da esfera econômica. Ao abrir o campo de disputa que

rege as políticas sociais aos interesses privados, desloca, paulatinamente, os direitos sociais à lógica mercantil. Para tanto, ampliam-se aos artifícios de desarticulação e criminalização dos movimentos de luta da classe trabalhadora que trazem a Questão Social no cerne das suas demandas.

É claro que nessa discussão não terá como esgotar o assunto, por sua complexidade, mas a discussão procura contextualizar brevemente como se dá o surgimento do Serviço Social na sociedade Brasileira, seu percurso, abordando principalmente como tem se posicionado ética e politicamente frente às recorrentes crises do capital, haja vista os profundos rebatimentos no campo das políticas sociais, principalmente pela consideração que é através das políticas sociais, que o Serviço Social tem possibilidades de posicionar-se em favor da classe trabalhadora e assim construir mediações que possibilitem a objetivação do projeto ético-político no cotidiano profissional.

CAPÍTULO I - RESGATE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ DE 1988

O presente capítulo traz uma breve retrospectiva das políticas sociais brasileira, a contar da promulgação da Constituição Federal de 1988, até os tempos atuais, contendo conceitos do termo política social bem como enfatizando os documentos mais expressivos na construção dessa política, como a Lei Orgânica da Assistência Social, o Plano Nacional da Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social dentre outros citados ao longo do capítulo; bem como também traz uma rápida análise das investidas neoliberais diante da fragilidade de tais políticas.

As políticas sociais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social. São vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (Faleiros, 1991, p.8).

O hodierno cenário da sociedade brasileira reporta a uma época de decadência e fragilidade da economia, que leva a observar o tendencioso desgaste dos órgãos públicos de financiamento e gestão das políticas sociais. Foi plausível e notória a construção de uma política social, bem pautada ao longo de sua historicidade, porém sempre a margem das políticas neoliberais que são o suporte da economia brasileira.

As expressões das crises que a economia mundial vem sofrendo ao longo desses últimos 30 anos reporta a analisar a desconstrução e uma tentativa de reestruturação – hoje falida – que deixa a classe pauperizada a mercê da sociedade, trazendo de volta expressões da questão social, depois de diversas tentativas de apaziguar, como a miséria, que hoje volta a ser questão notória no Brasil.

Presentemente, o que se percebe, é um desmonte qualificado, onde a perspectiva de reestruturação passa distante do atual cenário. Medidas de austeridade tentam apaziguar, porém, o que se vê, é cada vez mais distante a construção de uma sociedade sem classes. O que emana é um sentimento cada vez maior de estagnação e desigualdade que remete a uma perspectiva de futuro inerte. Ficando a classe subalterna, cada vez mais expressiva e representada, o exército de reserva cada vez maior, o desenvolvimento cada vez mais estremecido, e o ideário de uma sociedade justa e igualitária inexistente.

1.1 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL A LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: O GRANDE PASSO

A pobreza atua na manutenção e reprodução do capital e é usada por este para um maior controle social, aumento da exploração e consequente obtenção de mais-valia, já que por existir um exército industrial de reserva em caráter permanente, a classe trabalhadora muitas vezes precisa permanecer na “defensiva” para garantir a sua permanência no mercado de trabalho.

A trajetória das políticas sociais no Brasil vem sendo desenhada desde a década de 1930. No decorrer da sua história, passou por diversos momentos de tensão e como resultados melhoramentos significativos. Não é possível definir uma data específica, tendo em vista que a política social no Brasil teve um caráter fragmentado, desorganizado, indefinido e instável de suas configurações. (BEHRING, 2011)

Para se compreender o significado da expressão política social, é necessário que se entenda de fato, o que a junção dessas duas palavras pode trazer de palpável em uma sociedade regida por políticas neoliberais. O que de concreto se pode afirmar é que se trata de estratégias utilizadas pelo capital na intenção de amenizar e moderar as relações sociais entre classes na sociedade capitalista. Ademais, por significados mais universalizados também pode vista como conquistas da classe subalterna, já que são formas de resguardar e garantir a efetividade de direitos a população desprovida.

Como conceito e histórico das políticas sociais de uma forma ampla, remontam-se há muitos séculos atrás, sendo datadas a partir do século de 1300 as protoformas das políticas sociais, sendo vista desse período até o último quarto do século 1900, como caráter punitivo e repressivo. Onde todo e qual quer que não se alinhasse aos padrões ditados pelo capitalismo e aplicados pelo Estado, de cada época, eram passíveis a estas “políticas”, que tinha como objetivo – não tão distante do objetivo atual- conter o exército de trabalhadores, induzindo-os a se manterem por meio do seu trabalho; isto foi se moldando ao longo do tempo, para chegar ao que se conhece hoje, de fato, como política social.

As políticas sociais governamentais são entendidas como um movimento multidirecional resultante do confronto de interesses contraditórios. A exclusão dos interesses da força de trabalho não é o movimento unívoco do Estado e de suas práticas. O estado brasileiro, embora um Estado burguês, que representa em última instância os interesses dos segmentos hegemônicos, expressa esses interesses de classe contraditória.” (SPOSATI, 2014, p. 35)

Para que haja compreensão de fato da política social em sua totalidade, faz necessária entender os determinantes econômicos e históricos do capitalismo e do seu desenvolvimento, bem como a luta de classes, o processo de acumulação e a regulação do estado.

[...], as políticas sociais não podem ser analisadas somente a partir de sua expressão imediata como fato social isolado. Ao contrário, devem ser situados como expressão contraditória da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da essência. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011 p.39)

Evidenciando os paradigmas da Política Social brasileira, recorte a partir da década de 1980, o Brasil vivia uma configuração de crise econômica, política e social. Sofria um momento de recessão, marcado por um período de esgotamento da perspectiva de regulação keynesiana das relações econômicas, políticas e sociais e do compromisso entre grupos e classes sociais com intenção de gerar crescimento econômico, impactando diretamente na estrutura das desigualdades sociais, o que só foi viável graças ao estabelecimento de políticas sociais amplas e universais.

As políticas neoliberais trazem consigo uma agenda que se distancia ao máximo das políticas de bem-estar social, tendo em vista que a mesma traz preconizantes reguladores sociais e tem como principal meta, manter a estabilidade monetária. Perry Anderson, diz que:

Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, (...). Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significa redução de impostos sobre rendimentos mais altos e sobre as rendas. (SADER (org.), 1995, p.11)

A agenda neoliberal, em síntese, inclui ainda elevação da taxa de juros, emissão monetária, controle e regulação de sindicatos utilizando-se de legislações anti-sindicais, e por fim e não menos devasto a privatização da coisa pública, em outras palavras, desfazer-se dos bens estatais.

Com a entrada dos ideais Neoliberais no Brasil a partir da crise do capital, pregava a proteção social garantida pelo Estado social, por meio de políticas redistributivas e perniciosas para o desenvolvimento econômico. A hegemonia das políticas neoliberais na década de 1980 nos países capitalistas trouxe uma configuração destrutiva nas condições de vida da classe trabalhadora, provocando o aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho, redução de salários e conseqüentemente redução de gastos com políticas sociais, tornando ainda mais expostas as expressões da questão social.

A economia brasileira em crise esgota seu padrão de acumulação e, se até 1980 dispunha de uma margem de manobra face à economia mundial, a partir de 1980 o esforço concentra-se na gestão da dívida externa. O processo recessivo ao lado da incapacidade política de romper este esquema leva o Brasil e outros países latino-americanos a sujeitarem a economia do país ao controle do FMI. (SPOSATI, 2014, p. 28)

Com essa submissão dos governos nacionais a instituições externas de programas de austeridade econômica, teve como reflexos sérios problemas de cunho social como baixo nível de vida, desemprego, aumento da criminalidade, etc. além de gravíssimos custos políticos como a perda da capacidade de decisão nacional.

As políticas de estabilização da economia brasileira nos anos 1980 deram pouco fôlego, portanto não havia capacidade de reverter à crise que já se arrastava desde o início da década, acompanhada de um agravamento da fragilidade financeira do setor público, sendo fortemente impactadas as políticas sociais.

Diante deste cenário, acontece uma retomada do Estado democrático de direito, quando em 1988, um Congresso Constituinte faz notória a Constituição Federal. Os movimentos dos trabalhadores e os movimentos sociais reivindicavam uma Assembleia Nacional livre e soberana, porém conseguiram interferir na agenda política e elencaram esporádicos eixos da constituinte: reafirmação das liberdades democráticas; impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais; reafirmação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição das ingerências do Fundo Monetário Internacional FMI; direitos trabalhistas; e reforma agrária. (BEHRING, 2011)

A Constituição Federal de 1988 considerou avanços em alguns aspectos como dos direitos sociais, com ênfase a seguridade social, os direitos humanos e políticos. É mais uma conquista no que tange a efetivação de direitos. Com a promulgação, a Constituição traz consigo a colocação da assistência social no tripé da Seguridade Social, Saúde e Previdência Social.

A Constituição Federal de 1988 institui a Assistência Social como uma política social não-contributiva, voltada para aqueles cujas necessidades materiais, sociais, e culturais não podiam ser assegurados quer pelas rendas do trabalho, que pela condição geracional – infância e velhice – quer por necessidades físicas e mentais. (MOTA, 2010, p. 15)

A Assistência passa a ser uma Política de dever do Estado e um direito do cidadão, passa a ser prestada a quem dela necessitar, e sendo tratada em conjunto pelas três esferas de

governo e pela população, que deve participar por meio de organizações, entidades, e os conselhos que vem para gerir e controlar gastos e ações pertinentes.

Repensar, [...], a ação governamental no campo da assistência é posicioná-la enquanto seu direcionamento para os interesses das demandas sociais. A assistência é um campo concreto de acesso a bens e serviços pela população pauperizada. É a atual conjuntura de luta, de posicionamento das demandas por outra quantidade e qualidade de serviços públicos que permite colocar o tema da assistência como objeto de estudo posição esta que deve ser muito bem assinalada para que o resgate da assistência não sugira novas formas de reiteração da subalternidade da população. (SPOSATI, 2014, p. 31)

Nada obstante, ao observar o contexto em que a Constituição Federal de 1988 está inserido numa perspectiva neoliberal, facilmente se chega à conclusão de que a efetivação de fato, torna-se algo para além do real. Não significa inalcançável ou impossível, porém distante, tendo em vista o ideário neoliberal, que por tempo já sombreia o país, e logo em breve efetiva-se na prática.

A partir da efetivação da Constituição Federal de 1988, a assistência social tem uma nova concepção e começa a dar seus primeiros passos, ao incluir a seguridade social vista no artigo 194. “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. A política de Assistência Social é vista nos artigos 203 e 204. A partir de então, a política de assistência social passou a ter maior credibilidade.

As práticas assistenciais governamentais, enquanto produtoras de bens e serviços são um espaço para a constituição de uma nova forma de cidadania para as classes subalternizadas Sposati(2014). Mesmo estando exposto no artigo 203 que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar”, é notório o caráter seletivo, já que a assistência tem como público alvo, pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social.

O amadurecimento das definições trazidas pela Constituição Federal de 1988 perdurou por alguns anos até que em 7 de dezembro de 1993, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social, a LOAS, que traz novos conceitos e modelos de assistência social que passaram a vigorar no Brasil, regulamentando pressupostos constitucionais, que definem e asseguram o direito a assistência social, instituindo benefícios, serviços, programas e projetos, garantindo atendimento as necessidades básicas da população fragilizada pela pobreza e pela exclusão social. Em seu artigo 1º traz uma nova roupagem a Assistência Social.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 2015, p.09)

A LOAS tem seus pilares na busca pela efetivação do princípio de dignidade da pessoa humana e trouxe para a classe pauperizada, usuária das políticas sociais, formas de afirmação dos direitos destes indivíduos excluídos pela sociedade capitalista, dando-lhes a possibilidade da concessão de benefícios, que buscam garantir o mínimo necessário a estes tão excluídos cidadãos.

A partir da LOAS, deixa de existir o conselho Nacional de Serviço Social, e passa a valer o Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, que é um órgão superior de deliberação colegiada, responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social.

No âmbito da União, é o CNAS que está à frente do processo de viabilização do controle social do Sistema Único de Assistência Social, tendo como principais competências aprovar a política pública de assistência social, normatizar e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada, zelar pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social, apreciar e aprovar propostas orçamentárias, entre outras.

Já o Distrito Federal, os estados e os municípios instituíram seus próprios conselhos, leis, políticas e ações de assistência social, almejando efetivamente articular o controle social pleno sobre a gestão da assistência social brasileira, em seu modelo descentralizado e participativo, consolidado no SUAS.

O SUAS categoriza os serviços da Assistência Social em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial que se divide em média e alta complexidade. Os Serviços de Proteção Social Básica são regidos pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família PAIF.

É um trabalho social com famílias, de caráter continuado, que tem como objetivo fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a quebra dos seus vínculos, promovendo seu acesso e usufruto de direitos e contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê ainda, o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, tendo ainda, estratégia privilegiada para oferta de serviços aos beneficiários de transferência de renda.

Estes serviços são ofertados em Unidades de Atendimento denominadas Centro de Referência da Assistência Social CRAS, que é uma unidade pública e estatal, que oferta serviços emergenciais e/ou continuados a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade

social, oferecendo serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e ainda serviços de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

O Serviço de Proteção Social Especial é regido pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos PAEFI, é destinado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados.

A proteção social especial divide-se em média e alta complexidade. Diferente da proteção básica, que é de cunho preventivo, a Proteção Social Especial é de natureza protetiva. São ações que requerem o acompanhamento individual e familiar e maior flexibilidade nas soluções, que se dá graças ao trabalho em rede que a equipe CREAS desenvolve com outros órgãos de cunho público. As ações são diferenciadas de acordo com o nível de complexidade, e conforme a situação vivenciada pela família ou indivíduo. Atuam diretamente na garantia de direitos, estando exigindo uma gestão mais complexa compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do executivo.

Dentro da Proteção Social Especial de Média Complexidade os serviços são ofertados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS, que tem por finalidade assegurar atendimento especializado para apoio, orientação e acompanhamento, a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

Consta de atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais, com o objetivo de fortalecer a função protetiva das famílias diante de um conjunto de condições que as vulnerabilizam. Deve ofertar atendimento imediato para a retirada de crianças e adolescentes da situação de trabalho infantil e tomar providências necessárias para a inclusão de crianças e suas famílias nos serviços socioassistenciais e programas de transferência de renda.

Também fazem parte dos Serviços de Média Complexidade o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade PSC; os serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias; bem como o serviço especializado para pessoas em situação de rua.

Existem ainda os Serviços de Alta Complexidade que oferece atendimento as famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora do seu núcleo familiar de origem. Têm como usuários crianças, adolescentes, jovens, adultos de ambos os sexos, pessoas com deficiência, pessoas idosas e grupos familiares.

Os objetivos gerais da alta complexidade são: acolher e garantir proteção integral; contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos; buscar restabelecer vínculos familiares e sociais; possibilitar a convivência comunitária; promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas; favorecer o surgimento e desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia; promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacional interno e externo, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público.

A política da Assistência Social, não se dá por completo com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e estabilidade da LOAS, seriam necessários ainda muitos passos para se alcançar o objetivo da Assistência, sendo inescusável ainda diversas mudanças conceituas e estruturais, que dariam o rumo desejado a política da Assistência.

Porém o que se tinha de palpável e vigente era a ideologia neoliberal que deixava o Estado cada vez mais desprovido, pregando a necessidade de aplicar seus princípios, instigando a privatização, disseminando a ideia de que a coisa pública é ineficiente e corrupto, enquanto a iniciativa privada se mostrava totalmente oposto sendo vista como sinônimo de austeridade e eficiência. Tendo de concreto um Estado mínimo, onde se via cada vez mais a sociedade fragmentada com gritantes contradições e antagonismos sociais.

No decorrer dos anos 1990, utilizando-se da mídia falada e escrita e nos meios políticos e intelectuais brasileiros, foi notório uma grande campanha em torno das reformas. No período do governo de Fernando Henrique Cardoso FHC, aconteceram reformas orientadas para o mercado, trazendo a ideia de que os problemas do Estado eram os responsáveis pela profunda crise econômica e social vivida no Brasil desde a década anterior. O modelo neoliberal preludiado por Collor de Mello e concretizado por FHC trouxe um desmonte dos direitos sociais.

Daí partiu-se para uma reforma do Estado com ênfase nas privatizações e na Previdência Social, deixando de lado as conquistas adquiridas em 1988, no âmbito da seguridade social. Tratava-se de uma contrarreforma democrática, dando uma partida decisiva ao desmonte das políticas públicas.

Na observação das políticas sociais onde Estado Neoliberal traz consigo ações de caráter clientelista pautados na reforma do Estado, denominado contrarreforma estatal brasileiro que acontece pautado na justificativa de o estado ser ineficiente, rígido, burocrático e lento. Porém tal reforma não possibilitou mudanças.

Deve-se distinguir a reforma do Estado, como projeto político, econômico e social mais ampla, de reforma do aparelho do Estado, orientada para tornar a administração pública mais eficiente. (BEHRING, 2008, p.178)

O que se vivia no Brasil na década de 1990 era a instituição do Plano Real, desde então houve uma reformatação do Estado para adaptar-se a lógica capitalista. Disseminou-se a natureza pragmática, imediatista, submissa e antipopular das classes dominantes brasileiras (BEHRING, 2011). Tais medidas ao invés de alavancar, trouxeram grande regressão. Outro aspecto a ser observado no governo FHC foi a entrega de significativa parcela do patrimônio público para o capital estrangeiro. Uma onda de privatizações assolou o Brasil, onde estas estatais privatizadas, não teriam obrigação de consumir insumos brasileiros, levando a um desmonte do parque industrial brasileiro, tendo como consequências o agravamento do desemprego e o desequilíbrio da balança comercial.

Além disso, o governo neoliberal de FHC dentro de sua reforma do Estado trouxe o Programa de Publicização, que para Behring (2011), se expressou na criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para execução de políticas públicas, com ênfase as políticas sociais.

Estabeleceu-se uma parceria com Organizações Não Governamentais e Instituições Filantrópicas para a implementação das políticas, havendo desta forma, uma regressão, já que estas políticas voltavam a ser vistas, em muitos casos, como ação caritativa de cunho solidário através de trabalho voluntário não remunerado, o que desprofissionalizava a intervenção nessas áreas. Assim, o rumo tomado era de redução e restrição de direitos, sob o alibi da crise fiscal do Estado que transformava as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias para os efeitos mais perversos da crise.

Essas novas configurações dadas aos direitos sociais a partir da década de 1990 trouxeram força ao mercado de planos de saúde e de previdência privados, e passou a responsabilidade social para a sociedade, sob a justificativa do voluntariado, da cooperação e da solidariedade. Ficando explícito o retorno a centralidade da família e ao terceiro setor, como agentes do bem-estar, substituindo a política pública. O que Yazbek(1993) denominou de Refilantropização.

1.2 A REAFIRMAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NA DÉCADA DE 2000

Em 2004 foi levantada uma nova discussão acerca dos rumos da assistência e viu-se a necessidade da criação do Plano Nacional de Assistência Social PNAS, que teve como

intenção a implementação do Sistema Único de Assistência Social, que se propôs a alterar o cenário, trazendo avanços que precisavam ser reconhecidos, e surge também com o intuito de regulamentar a LOAS, que já se encontrava ultrapassada diante de tantas mudanças ocorridas nos âmbitos político, social e econômico ao longo destes 11 anos. Esse atraso pode ser associado a grande investida neoliberal com a contrarreforma do Estado que como já dito anteriormente desfigurou as políticas sociais.

A PNAS situa a Assistência Social como Proteção Social não contributiva, apontando para a realização de ações direcionadas para proteger os cidadãos contra riscos sociais inerentes aos ciclos de vida e para o atendimento de necessidades individuais sociais. (COUTO [et. al.], 2010, p. 63).

Em 2005, surge a necessidade de ser editada a Norma Operacional Básica, que consagra os eixos estruturantes para a realização do pacto a ser efetivado entre união, estado e município, e as instancias de articulação, pactuação, e deliberação para a consolidação do SUAS. A NOB SUAS tem por finalidade disciplinar a gestão pública da política da assistência, aplicada de modo sistemático, em conformidade com a LOAS e a Constituição Federal de 1988. A NOB SUAS tem como conteúdo: a natureza do SUAS, as funções da política pública da assistência social para extensão da proteção social brasileira, níveis de gestão do SUAS, o financiamento e as regras de transição.

Em 2006, num contexto de reestruturação e requalificação do setor público no Brasil, é criada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, NOB-RH, apresentando as primeiras diretrizes para a política de gestão do trabalho, com o objetivo de delinear os principais pontos e propor mecanismos reguladores da relação entre gestores e trabalhadores e os prestadores de serviços socioassistenciais.

As diretrizes para a gestão do trabalho pressupõem, entre outras dimensões: conhecer os profissionais que atuam na Assistência Social, caracterizando suas expectativas de formação e capacitação para a construção do SUAS; vislumbrar o desafio proposto, para esses profissionais, a partir dos compromissos dos entes federativos com os princípios e diretrizes da universalidade, equidade, descentralização político-administrativa, intersetorialidade e participação da população; propor estímulos e valorização desses trabalhadores; identificar os pactos necessários entre gestores, servidores, trabalhadores da rede socioassistencial, com base no compromisso da prestação de serviços permanentes ao cidadão e da prestação de contas de sua qualidade e resultados; uma política de gestão do trabalho que privilegie a qualificação técnica-política desses agentes.

Em 2009 é criada a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais SUAS, que traz em seu conteúdo as matrizes padronizadas para as fichas de serviços socioassistenciais e ainda um quadro síntese que tipifica os tipos de proteção social, onde contém a divisão dos serviços de proteção social básica, e proteção social especial que se divide em média complexidade e alta complexidade.

CAPÍTULO II: O REVÉS DA HISTÓRIA: AÇÕES CAPITALISTAS E INVESTIDAS NEOLIBERAIS QUE DESMONTAM AS POLÍTICAS SOCIAIS

Em suma, as políticas sociais podem ser compreendidas como recursos sócio históricos, cujas bases se reportam ao surgimento das expressões da questão social e, por conseguinte, à necessidade de controle do potencial ameaçador do trabalho à continuidade da sociedade capitalista. Nesse viés, analisá-las implica perceber as correlações de forças presentes em cada momento histórico, as quais dirão sobre as possibilidades de retrocesso ou ampliação de direitos a/ao trabalhadora/or. Direitos esses, circunscritos à necessidade de obtenção do consenso de classe pelos setores dominantes.

Para se realizar um estudo das políticas sociais, implementadas nos anos de 1990, torna-se indispensável discutir o caráter do Estado capitalista e de suas relações com as classes dominantes e dominadas. Segundo Montanõ (2000) “as políticas sociais não são mecanismos lógico-formais estáveis de um Estado supraclassista de bem-estar, ou de um Estado apenas funcional ao capital, se não o resultado contraditório, tenso e instável destas lutas” entre capital e trabalho.

2.1 POLÍTICA SOCIAL EM SUA MAGNITUDE E PERDAS SOCIAIS: UM DIÁLOGO ENFÁTICO DO WELFARE STATE AO NEOLIBERALISMO

Pensar o Estado como eixo político de consolidação e disseminação da ordem capitalista implica analisá-lo em sua intervenção no crescimento econômico e social. Em certas circunstâncias, essa ingerência contrasta com períodos, nos quais o mercado se reformula, passa por mutações, visando à continuidade da sociedade de classes.

Nesse prisma, passa a emergir como o princípio propulsor do crescimento econômico que necessita de um Estado flexível, e responda às suas demandas, ou siga os seus trâmites. É intrínseco a esse sistema o desencadear de crises que podem remeter-se as metamorfoses do mercado atrelado às reconfigurações do Estado. Essas duas instâncias podem entrar em 'colapso'. Tal corolário pode ser evidenciado na década de 1970, a partir dos 'abalos' econômicos e fiscais.

Assim, para estudiosos contrastantes como Pereira (1997), a crise dos anos 1970, representou uma falha do Estado na gestão econômica, principalmente uma 'falha' dos países do bloco soviético, cujos regimes entraram num gradual processo de desmonte, devido à própria

Guerra Fria. Este contexto, proporcionou o avanço do capitalismo, nos países de linha socialista; e a própria ascensão de regimes aos moldes ditatoriais nesses países soviéticos, que se defrontaram com a expansão do capital, o processo de globalização, o pressionamento do mercado, a demanda pela redução de investimentos no âmbito social.

O papel do Estado como regulador da economia e administrador das relações econômicas, é constantemente questionado pelos neoliberais, que buscam colocar as relações de mercado acima das relações econômicas gestadas pelo Estado, tendendo a 'minimizar a intervenção estatal, e 'maximizar' a gestão do mercado. Compreendido assim, o Estado capitalista gerencia, através do direito, os interesses da classe trabalhadora, pela mediação dos interesses dominantes.

É nesse bojo que ele é chamado a atuar mediante as políticas sociais, entendendo que essa atuação varia, conforme as requisições dos capitalistas na manutenção da dinamicidade social, a qual precisa ter as mínimas condições de consumo, de compra e venda. É no momento de mediação requerido na manutenção da hegemonia de classe, que se fazem presentes as demandas pela intervenção social estatal. Estas que favorecem as articulações do capital, numa transferência gradual da renda socialmente produzida e recolhida pelos aparatos estatais aos membros das classes subalternas. Isso, em última instância, colabora para a reprodução das classes e, contraditoriamente, possibilita seu questionamento.

Para Poulantzas (2000), o Estado é a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classes. “As contradições de classe constituem o Estado, presentes na sua ossatura material, e armam assim sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado.” (Poulantzas, 2000, p. 135)

A partir desta concepção podem ser feitas duas observações: a primeira de que o Estado não pode ser entendido como um bloco monolítico e sem fissuras, mas deve ser analisado como uma arena de lutas entre as diferentes classes e frações de classe que eventualmente podem ocupar, direta ou indiretamente, espaços da burocracia e dos aparatos institucionais. A segunda, de que as políticas do Estado, incluindo aí as políticas sociais, são o resultado das disputas e contradições entre as classes e frações de classe.

O Estado possui uma “autonomia relativa” diante dos diversos segmentos das classes dominantes, frações ou componentes desse bloco. Por possuir esta característica, para Poulantzas (2000), o Estado pode preencher a função de organização e unificação da burguesia e do bloco no poder. A “Autonomia constitutiva do Estado capitalista: remete à materialidade desse Estado em sua separação relativa das relações de produção, e à especificidade das classes e da luta de classes sob o capitalismo que essa separação implica” (Poulantzas, 2000, p. 129).

Entretanto, de acordo com o autor em estudo, “O Estado concentra não apenas a relação de forças entre frações do bloco no poder, mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas”. As classes dominadas se constituem no Estado sob a forma de focos de oposição ao poder das classes dominantes.

Todavia, de acordo com os mecanismos internos de reprodução da relação dominação-subordinação, a presença das classes dominadas no Estado é assegurada “exatamente como classes dominadas.” (Poulantzas, 2000, p. 145). Logo, a relação do Estado com as classes dominadas, não se dá apenas através da repressão e da ideologia. O “Estado também age de maneira positiva, cria, transforma, realiza”.

Desta forma,

“A relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de consenso, possui sempre um substrato material. Entre outros motivos, porque o Estado trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo do equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas. Eis aí um dado essencial, sem o qual não se pode perceber a materialidade da relação entre o Estado e as massas populares, se fosse considerado o binômio repressão-ideologia.” (POULANTZAS, 2000, p. 29)

Historicamente, as políticas sociais surgiram dos questionamentos à forma de organização. Tais questionamentos se ampliaram durante a crise econômica que culminou na grande depressão de 1929 e os resultados devastadores da Segunda Guerra criaram novas demandas para a ação estatal, apresentando a necessidade de mudanças nas suas funções. As formulações de Keynes passaram a ser referência teórica fundamental, uma vez que não só pregavam a intervenção estatal na economia e na sociedade, mas apresentavam propostas concretas para implementação das suas teses.

No Brasil, a partir da década de 1990, fatores de ordem econômica, política e ideológica influenciaram as Políticas Sociais e o mundo do trabalho, através da ofensiva neoliberal. Ao analisar a universalidade do processo histórico e dialético da sociedade, percebeu-se a influência da crise estrutural de 1970 nos países subdesenvolvidos, a partir da compreensão dos seguintes fatos: capitalismo financeiro, regime de acumulação flexível, avanço tecnológico; terceirização dos serviços, altos índices de desempregos (redução de empregos formais e estáveis), presença de trabalhos extremamente qualificado e desqualificado, crescimento do setor de serviços, impactos negativos sobre a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999)

que se tornou heterogênea; fragmentada e complexa, guinada política neoconservadora, hegemonia do neoliberalismo em diversos países, corte dos gastos estatais como medida prioritária e a inserção das regiões geográficas industrialmente subdesenvolvidas (dentre tais, o Brasil) no mercado mundial por meio de implantação de empresas transnacionais.

Nota-se que as medidas neoliberais dos anos 90, privilegia o setor privado em prejuízo das políticas sociais públicas, transfere os recursos destinados à Seguridade Social para o capital, mercantiliza a saúde e a previdência, serviços; à princípio de responsabilidade do Estado, assim como a fragilização dos sindicatos, fragmentações na classe trabalhadora e ações conservadoras, como individualização, a filantropia e o voluntariado.

Com o processo de globalização, ocorreu um maior investimento dos capitalistas em aparatos tecnológicos, sendo que esse investimento foi possível devido às medidas de redução das tributações de transporte e comunicação. Visto que essas duas instâncias, além de outras estavam cobertas por investimentos estatais e públicos, o que viabilizou a expansão do mercado capitalista.

Nesse processo, lançou-se mão do Pacto keynesianofordista, mediado pelo Estado, que negociava os interesses das classes opostas. Ideologicamente, buscou-se afirmar a não polarização entre Estado e mercado, já que necessitavam ser complementares, 'andarem' juntos, numa interação 'quase que simbiótica'. Este modelo de Estado coadunou com a emergência do mercado e com a continuação da implementação das medidas sociais.

Estas se revelaram como mecanismos de 'distribuição de renda', sendo ínfimas, apesar de ter sido exigido do Estado que estivesse fortalecido para intervir nas demandas sociais, contando com a 'solidariedade' das instituições filantrópicas, do terceiro setor.

Entretanto, num fluxo não homeostático, Pereira (1997) traz que a partir da década de 1980, surtiu uma expansão das forças de mando do mercado capitalista, favorecido pela perda das forças do Estado Intervencionista. O Estado precisava estar fortalecido, mas deveria baratear-se, reduzir a tributação, os impostos para absorção das empresas internacionais, para uma abertura as multinacionais, as grandes empresas e seus investimentos.

Assim, a crise que se instaurou pós-década de 1980, representou uma crise do Estado de Bem-Estar Social, o qual se torna mínimo às demandas sociais e subordina-se às do mercado capitalista. Apresentando-se como uma crise das medidas desenvolvimentistas, em países que estavam crescendo economicamente, como os países latinos. Logo, reduzia-se o processo de industrialização, e ampliava-se a abertura as importações e aos investimentos internacionais.

Em meio a esse cenário conflituoso de esfacelamento da política de Bem-estar Social, a resposta efetivada se deu através da reorganização estatal que modelava o seu âmbito

político/econômico às diretrizes capitalistas do presente. Dessa forma, buscaram suporte nas ideias liberais, adequando-as a exigências de manutenção da hegemonia da classe capitalista no contexto presente.

O neoliberalismo traz, pois, uma nova forma de estruturar as políticas públicas e sociais em uma perspectiva que sua condição dirigente se mantenha, embora alterando os elementos do consenso de classes. Isso se deu no plano interno dos Estados nacionais mundializados pela financeirização, bem como nas relações entre países e blocos de poder econômico-político.

Segundo Pereira (2000), quando se fala em política social faz-se referência às modernas funções assumidas pelo Estado capitalista, correspondentes a um padrão de organização política e social que foi se distanciando dos princípios liberais clássicos, desde o final do século XIX, intensificando-se após a Segunda Grande Guerra (p.149). Nesse padrão de organização, o Estado passou a implantar padrões de regulação da economia e das relações sociais, assumindo responsabilidades em relação ao “bem-estar dos seus cidadãos”.

As políticas sociais apresentam diferentes modelos que se pode classificar de acordo com a abrangência de seu atendimento. Compõem o modelo europeu de proteção social aqueles países que comportam maiores gastos públicos e cujas políticas sociais possuem caráter de universalidade. Já o outro, o americano, está relacionado aos países cujas políticas são de alcance mais localizado.

Enquanto que, na Europa Ocidental, a organização da sociedade civil vem se pautando historicamente pelas lutas coletivas que buscam a conquista de direitos universais, nos EUA, dada a sua constituição histórica, a organização social é marcada por associações fragmentadas formadas por diferentes grupos de interesse, o que possibilita as condições para a implementação das políticas sociais a partir de um modelo mais focalizado, visando o atendimento das demandas das diversas frações da sociedade.

As políticas sociais ao serem trabalhadas em um contexto neoliberal são transvestidas de um aspecto despolitizado, burocrático, deslocado dos ditames de participação democrática da classe trabalhadora. Transferindo-se para o contexto brasileiro, em sua historicidade, esse olhar sob os direitos sociais encontram um ambiente propício, devido a ótica conservadora clientelista pautada nas políticas do favor.

É no ano de 1980 que ocorre, no Brasil, a luta efervescente para a elaboração e promulgação da Constituição Federal de 1988, aparato legal que caracterizou a Assistência Social como direito e permitiu que a população participasse das políticas públicas. Porém, em 1990 o neoliberalismo é implementado no país indo na contramão dos direitos promulgados.

Devido a esse fato é que, só após cinco anos à promulgação da referida Constituição, a Lei Orgânica da Assistência Social é aprovada.

No Brasil, a partir da década de 1990, fatores de ordem econômica, política e ideológica influenciaram as Políticas Sociais e o mundo do trabalho, através da ofensiva neoliberal. Ao analisar a universalidade do processo histórico e dialético da sociedade, percebeu-se a influência da crise estrutural de 1970 nos países subdesenvolvidos, a partir da compreensão dos seguintes fatos: capitalismo financeiro, regime de acumulação flexível, avanço tecnológico; terceirização dos serviços, altos índices de desempregos (redução de empregos formais e estáveis), presença de trabalhos extremamente qualificado e desqualificado, crescimento do setor de serviços, impactos negativos sobre a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999) que se tornou heterogênea;

Marcas históricas como exploração, colonização e ditadura, fazem parte do Brasil e de toda América Latina. Sempre tivemos um Estado capturado pela burguesia, ora mais, ora menos e como grande ente mediador se utiliza das Políticas Sociais para manter a ordem. O capitalismo cria e recria novas formas e nomenclaturas na reprodução das condições de exploração, numa articulação entre o arcaico e o moderno, para superar suas crises inerentes ao modo de produção. Para discutir as Políticas Sociais sob a perspectiva dialética, faz-se necessário entender a natureza do capitalismo, o papel do Estado na regulamentação e implementação das mesmas e por fim o papel das classes sociais.

Mediante a articulação desses elementos, podem-se compreender as Políticas Sociais enquanto processo e resultado de relações complexas que se fundam de maneira conflitantes entre Estado e sociedade civil, no âmbito da produção e reprodução do capitalismo. Assim, economicamente as Políticas Sociais tem a função de diminuir os custos da reprodução da força de trabalho, aumentando a produtividade e o consumo. Quanto ao nível político, podem servir como mecanismos de manutenção da ordem capitalista, através do consenso da classe trabalhadora. (BEHRING e BOSCHETTI, 2006), garantindo a permanência do exército industrial de reserva, por outro lado, é fruto das reivindicações da classe trabalhadora, no atendimento às suas demandas.

É de extrema importância relatar e afirmar que o surgimento do Serviço Social está diretamente vinculado ao enfrentamento da questão social em suas múltiplas manifestações, que derivam das contradições da sociedade capitalista. A base da fundação do Serviço Social, como trabalho especializado, está no enfrentamento das mais diversas expressões da questão social. Esta surge como elemento central do processo de industrialização e implantação do

modo capitalista de produção e da emergência do proletariado e da fração industrial da burguesia.

É importante salientar que, como em qualquer tema vinculado a aspectos sociais, no aspecto das concepções teórico-metodológicas acerca da Política Social, do Estado de Bem-Estar Social e das demais categorias analíticas que norteiam este estudo, destaca-se o fato de existirem diferentes formas de interpretar e analisar tais fenômenos.

Partindo da ideia dessa relação conflituosa, as Políticas Sociais não poderiam ser pensadas como meras concessões do capital (abordagem economicista, considerada fatalista e reducionista) ou como mera vitória dos trabalhadores (abordagem "simplista", considerada ingênua), mas sim, devem ser compreendidas como produtos dessas relações contraditórias entre estas diferentes esferas da produção e reprodução social.

Convém, portanto, analisar as Políticas Sociais como uma unidade contraditória que expressa uma coalizão instável entre acumulação e equidade, buscando, assim, uma proximidade de uma análise teórica que dê conta da complexidade do processo.

Dessa forma, a atual configuração do capital determina novas modalidades de reprodução da força de trabalho, ancoradas principalmente nos processos de privatização, focalização e descentralização das políticas sociais. Nesta ótica, a estratégia neoliberal de reprodução da força de trabalho consiste em implementar políticas sociais que consigam integrar os indivíduos, já que, em sua visão, o trabalho assalariado não tem mais essa capacidade. É esta perspectiva que vem determinando as tendências das políticas sociais no Brasil, que em oposição à universalização e a integração com as outras esferas da seguridade social, passando a ser centralizadas em programas sociais emergenciais e seletivos, enquanto estratégias de combate à pobreza.

Assim, assistimos em toda a década de 90, a desregulamentação da Constituição Federal de 1988, num ataque a agenda universalista prevista, que mesmo antes de ser implementada já sofreu um desmonte, através das reformas da previdência, onerando cada vez mais o trabalhador, a focalização da assistência social e a universalização excludente na saúde. De fato os anos 90 foram marcados pelas perdas sociais.

Neste sentido, para as políticas sociais a orientação dos organismos internacionais é a focalização das ações, com estímulos a fundos sociais de emergências, a mobilização da solidariedade individual e voluntária, bem como as organizações filantrópicas e organizações não-governamentais - com a marca de GENTE QUE FAZ. O apelo à solidariedade e à parceria desresponsabiliza o Estado e despolitiza as relações sociais, deslocando a questão social da esfera pública e inserindo-a no plano de filantropia. Nesta perspectiva, observa-se uma

tendência de despolitização da política, o desfinanciamento da proteção social, em detrimento do pagamento do refinanciamento da dívida pública, através da obtenção do superávit primário, mercantilização / mercadorização dos serviços e, conseqüentemente, uma redução dos direitos sociais, tardiamente conquistados no Brasil.

O Brasil nos anos 90 promoveu uma reestruturação das Políticas Sociais na perspectiva da solidariedade, da focalização e seletividade, da refilantropização da pobreza e responsabilidade social, redução dos gastos sociais, descentralização e mercantilização dos bens sociais, promovendo assim o desmonte dos direitos sociais, tão duramente conquistados no Brasil.

2.2 ENTRE 2000 A 2014: ANOS DE GLÓRIA OU MÁSCARA SOCIAL?

O enredo teórico enfatizado logo abaixo justifica-se pelo momento político e ideológico da Política Social brasileira. De inquietações durante os desmontes dos direitos sociais que se tem vivenciado correlacionando essa reflexão à temática sobre as Políticas Sociais que atravessa sobretudo quando analisadas à base da historicidade dos fatos anteriores ao momento atual.

É válido destacar que as medidas neoliberais dos anos 90, promoveu uma reestruturação das Políticas Sociais na perspectiva da solidariedade, da focalização e seletividade, da refilantropização da pobreza e responsabilidade social, redução dos gastos sociais, descentralização e mercantilização dos bens sociais, promovendo assim o desmonte dos direitos sociais, tão duramente conquistados no Brasil.

Analisa-se que o foco da Assistência Social passa a ser as políticas redistributivas visadas no subproletariado, e assim, ações e serviços minimalistas para o público em estado de extrema pobreza e/ou pobreza. Com essa linha racional, faz-se necessário apontar que diante do arcabouço estudado a política do neoliberalismo representada pelos governos de Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC) não é a mesma do início dos anos 2000, dos governos Lula e Dilma, pois a crise dos governos neoliberais levou a alteração do capitalismo flexível a qual foi conduzida pela frente política do neodesenvolvimentismo.

Mesmo assim esse detalhe não significa alegar o fim da política neoliberal, e sim uma maior centralidade na política do neodesenvolvimentismo como um novo padrão de desenvolvimento capitalista com foco na distribuição de renda e no aumento do gasto público, isso com incentivos do Estado.

Nos anos 2000 novas disputas em torno da questão social e do papel a ser cumprido pelas políticas sociais. No período do Governo Lula e Dilma, chamado de

neodesenvolvimentista, há uma centralidade na Política de Assistência Social tendo os programas de transferência de renda “carro chefe” das ações compensatórias, apesar da focalização e do critério de seletividade, observa-se que a exemplo do Programa Bolsa Família PBF, que pôde contribuir positivamente na pobreza absoluta, tendo em vista que muitas famílias só dispõem dessa renda para segurança de sobrevivência conforme garantido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (SILVA, 2006). Dessa forma, o discurso da política neodesenvolvimentista se solidifica no país “positivamente” ou sendo mais sisudo, constrói-se uma máscara social.

Mota (2012, p. 181) afirma, “A pobreza aparece distanciada dos debates estruturais e é transformada num objeto técnico ‘em si’”. Realiza-se análises técnicas da pobreza de modo descontextualizados, des-historicizados e a preocupação com a eficácia dos programas implementados como um novo tipo de vigilância moral. E enquanto objeto técnico “em si” é considerada possível sua erradicação com programas de transferência de renda, assim como ações e serviços socioassistenciais da Política de Assistência.

Faz-se, necessário compreender que o neodesenvolvimentismo surge no Brasil devido sinais de esgotamento no plano econômico, o qual “revelou-se como parte da dinâmica entre produção e reprodução social do capital” (SITCOVSKY, 2010, p. 237) a partir do formato de proteção social. Junto ao neodesenvolvimentismo, contata-se o ideário do: empreendedorismo, autoemprego, autonegócio e da ideologia da sustentabilidade e a liberdade de escolha individual.

Para um conhecimento mais amplo, desde 2007 e 2008, os países capitalistas vêm enfrentando uma crise de extensas proporções. Para além de uma crise financeira, como muitos analistas a examinam, trata-se de uma crise estrutural do capital, de proporções comparáveis à crise de 1929 (MÉSZÁROS, 2002). As análises totalizantes consideram-na como uma crise global com amplas dimensões, que afetam o conjunto da vida social.

Todavia é evidente que o impacto da crise mundial não se processou (nem se processará) do mesmo modo e na mesma proporção nos diferentes países capitalistas, tendo em vista sua sujeição a um complexo conjunto de fatores. Estes, segundo Gonçalves (2012), relacionam-se à natureza e extensão dos mecanismos de transmissão (contágio e choques), à capacidade de resistência de cada país diante das pressões, aos fatores desestabilizadores e choques externos, ao que se chama *policy space* (espaço da política), assim como às respostas de políticas de ajuste.

No entanto, resguardadas as particularidades nacionais, as economias capitalistas europeias e latino-americanas que materializam a cartilha do neoliberalismo a partir da década

de 1970 se deparam hoje com a perspectiva de uma longa recessão ou de reduzidas taxas de crescimento, desemprego de massa e de longa duração, precarização do trabalho e redução dos salários. (BOSCHETTI, 2012, p. 33).

É fato que na América Latina, por exemplo, o período ascendente da economia mundial, de 2003 a 2008, favoreceu seu desempenho econômico, possibilitando, por parte do Estado, a aplicação de políticas para a redução das desigualdades sociais. Contudo, ainda que se constate a melhoria da situação nessa região, a partir dos anos 2000, os países não estão avançando no sentido de superarem seus graves problemas sociais.

Segundo Gonçalves (2012, p. 19), apesar de haver queda da desigualdade na América Latina na primeira metade do século XXI, os países da região continuam com os mais elevados indicadores da desigualdade de renda no mundo. Para ilustrar, em meados desta década, quatro entre os cinco países com maior desigualdade estão na região (Colômbia, Bolívia, Honduras e Brasil).

Já à economia brasileira, Salvador (2010) pontua que o Brasil não escapou da crise financeira internacional; porém, foi um dos últimos países a ser atingido e um dos primeiros a sair dela. Isso se justifica por vários motivos. Entre eles, menor endividamento, se comparado às economias mundiais mais ricas, além de ser um grande produtor de commodities, ramo que vem crescendo consideravelmente no país, atraído pelas importações da China, atualmente o maior parceiro comercial do Brasil.

Entretanto, o endividamento das famílias tem aumentado constantemente. Atrelado à ampliação do crédito no Brasil, Salvador (2010, p. 15) também aponta o potencial do consumo interno, viabilizado pelas políticas sociais no campo da seguridade social, como a previdência e a assistência social. Os recursos destinados a essas políticas “foram responsáveis pela injeção de R\$ 257,2 bilhões na economia em 2009, o que garantiu a continuidade do consumo, independentemente da renda advinda do trabalho”.

Diante dessa visão, brota-se mudanças no discurso de desigualdade por oportunidade, investimento na educação e políticas sociais como principal motivo para mudança na qualidade de vida da população e inclusão econômica, tentativa de adequar o governo econômico com o governo de massas como se houvesse conciliação entre o crescimento econômico e desenvolvimento social.

A esse respeito, Boschetti (2012) salienta que as políticas de redução da pobreza, por meio da chamada proteção não contributiva, via programas assistenciais de transferência de renda, estão sendo utilizadas não apenas no Brasil, mas também em vários países da América Latina e da Europa, como estratégias para garantir o consumo e enfrentar a crise.

Ao analisar os programas de transferência de renda no Brasil, a autora consolida que, se por um lado é expressivo o contingente de pessoas atendidas nesses programas, por outro lado é inexpressivo o percentual do Produto Interno Bruto PIB aplicado, ou seja, de apenas 0,4%. Trata-se “nitidamente, de um ‘pobre’ programa que ‘custa pouco’, não atinge a estrutura da desigualdade, mas possui forte impacto político” (BOSCHETTI, 2012, p. 52).

Todavia, o que se nota é a impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, “[...] seja pelas condições que este assume na contemporaneidade, seja pelo alto nível de desemprego, ou pelas orientações macroeconômicas, o Estado amplia as ações no âmbito da assistência social, ao mesmo tempo em que restringe sua atuação na saúde e na previdência social pública” (MOTA, 2012, p. 134-135).

É relevante salientar que o capitalismo selvagem destrói as relações sociais, o meio ambiente, altera as relações políticas e econômicas, etc. A “questão social” passa a ser vista de forma fragmentada numa onda pós-moderna, como: questão política, questão econômica, questão ambiental, questão educacional, da mulher, do índio, do movimento LGTBTT, dentre outras.

Examinando as consequências dos ajustes neoliberais no sistema de proteção social no Brasil, os autores Silva, Yazbek e Giovanni (2004) ressaltam que os avanços e as conquistas previstas na Constituição Federal de 1988 estão sendo esvaziados gradativamente. Isto porque medidas restritivas vêm inibindo esse sistema de garantir a universalização das políticas sociais.

Diante de um estudo teórico alguns autores chamam a atenção para os retrocessos de serviços, mesmo nas áreas sociais básicas, e para o fato de que, no Brasil, o sistema de proteção social caracteriza-se por sua incipiência, sendo incapaz de enfrentar as vulnerabilidades que atingem parcelas significativas da população. Exemplo disso é o caos instalado na saúde pública em vários estados e municípios brasileiros. São situações amplamente conhecidas e divulgadas: morosidade e/ou falta de atendimento à população, constantes mortes nos hospitais, precarização das condições de trabalho dos profissionais e privatização generalizada desse setor.

No campo da política educacional não é diferente. São muitos os problemas que a cercam. Há carência de vagas na educação infantil, ponto chave que destrói a ideia da construção de adultos com visão de mundo ampla e crítica. Já no âmbito do ensino fundamental e médio, permanecem velhos problemas em diversas escolas do país, como a má qualidade do ensino, a violência e o aviltamento das condições de trabalho dos professores.

Na educação superior, destaca-se a lógica de empresariamento desse setor, a intensificação da exploração docente e a implementação massiva do ensino a distância, sem

critério e sem qualidade. Igualmente, a política habitacional no Brasil apresenta imensos entraves.

O déficit habitacional é preocupante. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2013, o déficit por moradia gira em torno de 8 milhões. Cerca de 90% dos trabalhadores que não têm casa própria recebem uma renda mensal de zero a três salários mínimos. Verifica-se a proliferação de cursos de graduação privados de baixa qualidade, implementação do ensino de graduação à distância, com prejuízo ao ensino presencial. O programa Minha Casa, Minha Vida, considerado a principal política do governo do Partido dos Trabalhadores para responder a essa demanda, ainda é repleto de falhas.

Embora o Brasil tenha apresentado um crescimento econômico acelerado nos últimos 50 anos, não foi “capaz de obter resultado da mesma magnitude dos países do capitalismo central, mantendo grande parte de sua população com condições precárias de vida e trabalho”. No Brasil, a exponenciação da questão social a partir dos anos 1990, em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva e nos limites da ideologia neoliberal, determinou uma inflexão no campo profissional em decorrência das novas demandas. Estas foram postas pelo “reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho” (ABEPSS, 1996, p. 5).

Diferentemente do que aconteceu historicamente com o capitalismo nos países centrais, o Estado brasileiro não ofereceu condições para a reprodução social da totalidade da força de trabalho, nem tampouco garantiu direitos sociais ao conjunto dos trabalhadores, impossibilitando o acesso ao trabalho protegido e às condições necessárias para a reprodução social de um contingente significativo de trabalhadores.

Apresentando um fraco sistema de proteção social e de elevados índices de rotatividade da força de trabalho, provenientes da informalidade e da precariedade estruturais do mercado de trabalho nacional. Nesse contexto, ampliou-se o papel do Estado nos condicionamentos das relações sociais e da distribuição cada vez mais desigual, assumindo formas mais complexas.

Conforme Netto (2001, p. 26), “o Estado funcional ao capitalismo monopolista deve garantir o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital”. Logo, o Estado tornou-se alvo de mudanças para sua adequação à lógica do capital mundializado, por meio de um amplo processo de reformas. Sob essa direção, o Estado colocou-se a “desuniversalizar” as políticas sociais mediante ajustes fiscais, direcionando-as por uma lógica seletiva e reducionista que visa amenizar a questão social, contrapondo-se à proposta de

universalização dos direitos sociais. Desse modo, transferiu as respostas às manifestações da questão social de sua esfera para a sociedade civil e para o mercado.

Esse quadro revela um dos componentes da precarização do trabalho no Brasil, conformado pelos baixos salários. As alterações no mundo do trabalho sobre a hegemonia do capital financeiro são acompanhadas pelos prejuízos dos direitos trabalhistas e pelas perdas salariais. Evidentemente, frente à precariedade do mundo do trabalho, os salários sofrem uma queda brutal. O sistema capitalista, lembra Mészáros (2002), funda-se na extração máxima do trabalho excedente dos produtores. Essa é a sua determinação mais profunda.

A análise da conjuntura histórica da sociedade contemporânea brasileira nos anos 2000 é perpassada pelos influxos das transformações societárias derivadas dessa crise sistêmica do capital que provocaram modificações nos modos de produção capitalista. Nesse contexto, as inflexões da crise do capitalismo tardio sobre o agravamento das desigualdades sociais confluem sobre o Serviço Social, sobretudo, no que concerne à intervenção profissional no atendimento de novas demandas sociais e à produção do conhecimento.

No serviço social é importante destacar o esforço de construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), viabilizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social e pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004. Na Seguridade Social, destaca-se a presença e o envolvimento dos assistentes sociais na saúde, na assistência social, na habitação, na defesa do Sistema Único de Saúde SUS, SUAS, Estatuto da Criança e do Adolescente ECA e Estatuto do Idoso, do Sistema Nacional de Atendimento Sócio educativo SINASE e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), além da recente conquista no âmbito da Previdência Social, com a abertura de concurso público para novecentos assistentes sociais ainda em 2008.

No âmbito do Serviço Social, pode-se dizer que a instabilidade apresenta outros agravantes. Por um lado, ela dificulta sobremaneira a organização política dos assistentes sociais. Em um contexto de profundas mudanças no mundo do trabalho, marcadas pela retração e mesmo pela erosão do trabalho contratado e regulamentado, vem sendo impactada pela insegurança e pelo medo do desemprego. Por outro lado, a não estabilidade dificulta a construção de um saber específico sobre a apreensão das situações atendidas e dos modos de se atuar sobre elas.

No Governo “Temer”, vivenciou-se o aprofundamento dos desmontes dos direitos iniciado no período neoliberal, freado pelo neodesenvolvimentismo e que retornou fortemente, tentando esmagar a classe trabalhadora, como se pôde ver com a reforma da previdência, a Proposta de Emenda à Constituição PEC 241 e a proposta da lei da terceirização.

Assim, muitos profissionais demonstram conviver com aspectos diversos de um trabalho desgastante, limitado, enfadonho e precarizado. O processo de precarização que conforma o trabalho na atualidade tem se tornado, segundo Druck (2011, p. 42), um fenômeno central nesta fase de desenvolvimento do capital.

Logo, a precarização promove uma permanente insegurança e volatilidade no trabalho, redundando em perdas de direitos e de empregos e fragilizando os vínculos e a saúde dos trabalhadores. Um dos sintomas do processo de precarização – consequência da reestruturação produtiva – é a intensificação do próprio trabalho. Não por acaso, a falta de tempo, a carga horária e o excesso de demandas foram os aspectos mais sinalizados constantemente pelos assistentes sociais.

Por conseguinte, às pressões do mercado e de seus agentes, que defende os privilégios das elites brasileiras que utilizam do velho argumento de que as desigualdades sociais e as injustiças se resolvem unicamente pelo crescimento econômico, que a solução para os problemas sociais é a criação de novos postos de trabalhos, como se o desemprego não fosse estrutural à lógica do sistema capitalista. Em meio a tantos retrocessos, verifica-se que as estratégias de resistência da força de trabalho estão hiper fragilizadas.

De acordo com Lessa (2007, p. 171), “Nem a classe operária comparece às lutas sociais como a força social antagônica ao capital, nem a burguesia exibe a sua verdadeira dimensão histórica ao se contrapor frontalmente aos trabalhadores [as]”. O Brasil não precisa de “reformas”, de reformismos, precisa de uma revolução, pois “a crise confronta a humanidade a uma versão apocalíptica do dilema ‘socialismo ou barbárie’, ‘sobrevivência ou aniquilamento coletivo” (MANDEL, 1982, p. 230).

Percebe-se que a universalidade e estatização, elementos que deviam nortear a Proteção Social, enfrentam grandes dificuldades e são até postos de lado. Nesse cenário, as políticas sociais tentam se adequar em meio a diversas dificuldades. Um grande problema hoje em relação às políticas é a seletividade dos programas sociais, visto que esses são destinados aos mais necessitados dos necessitados deixando uma grande parcela da sociedade descoberta.

No rumo dessas mudanças, observa-se que as necessidades sociais são cada vez mais deixadas de lado, em decorrência da “crise” fiscal. As ações públicas são milimetricamente planejadas de acordo com os cortes e a redução das despesas, intensifica-se uma série de cortes nos gastos públicos na área social e da previdência social e amplia-se a privatização da saúde e educação.

Observa-se uma forte tendência ao incentivo sob perspectiva de solidariedade, sob uma forte despolitização das relações sociais e a questão social é desarticulada do âmbito da esfera

pública para filantropia, as parcerias e ao voluntariado, à exemplo, temos os 8 objetivos do milênio que deu lugar aos objetivos sustentáveis tendo como forte articulador nesse processo as Organizações Não Governamentais ONGs.

Vale salientar que o sistema capitalista, é “irreformável e “incorrigível” nas palavras de Mészáros (2008). Assim, o momento não pede reformas, mas revolução, pede mudança, ação. Suplicar e enfatizar a retirada das “mascaras” ações paliativas que só contribuem para um retrocesso contínuo. Não é à toa que o Brasil tem assistido a manifestações populares contra as ações do governo atual, ainda que de forma tímida, a luta de classe existe e sempre existirá enquanto existir o modo de produção capitalista.

Neste sentido, o sistema econômico atual vem considerando suas próprias necessidades e interesses trazendo fortes consequências, pois assistimos a um redirecionamento do Estado, com Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Decretos, entre outros. Tudo vem gerar um patamar de insegurança, direcionada pela desregulamentação e desmonte dos Direitos Sociais, que eram garantidos/viabilizados pelas Políticas Sociais.

Em síntese as reflexões apresentadas até aqui, reafirma-se que a crise do capital e as transformações contemporâneas no mundo do trabalho instituíram profundas redefinições na sociedade, no Estado e nas políticas sociais, refletindo nas condições e relações de trabalho dos assistentes sociais. Pode-se afirmar que, em todas as áreas de atuação profissional, prevalece um processo de deterioração das condições de trabalho dos assistentes sociais, as quais devem ser analisadas em suas particularidades.

Importante afirmar que a convivência diária com demandas que expressam o quadro de desigualdade social e as múltiplas formas de opressão e de violação de direitos a que estão submetidos os usuários, leva-os muitas vezes a situações de adoecimento, com alto nível de estresse, desgaste físico e emocional. O que acaba por justificar suas lamúrias quanto à falta de recursos, de liberdade e de possibilidades para um trabalho qualificado e prazeroso, dando a sensação de certa desesperança em relação à profissão, ao contexto econômico e social e ao próprio futuro.

Embora a profissão esteja condicionada a fatores estruturais, conjunturais e institucionais que vai muito além da vontade dos seus agentes, ela em suma é fruto e expressão dos sujeitos que a constroem cotidianamente. Portanto, mesmo sob condições historicamente determinadas, que independem de sua vontade, são os homens que constroem e dão vida a história, desse pressuposto, exercem papel significativo na construção, manutenção e transformação da sociabilidade.

2.3 PROTEÇÃO SOCIAL SOB A OFENSIVA NEOLIBERAL: ESTRATÉGIAS POLÍTICAS PARA A SUPERAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

A priori existe um peso real, fundamental e teórico na discussão acerca das políticas sociais, através da análise das estratégias para superação da pobreza sob a ofensiva neoliberal no contexto latino-americano, em particular no Brasil. Adota-se uma visão histórica crítica e dialética, objetivando uma leitura da realidade em sua totalidade como forma de energizar a compreensão da temática, afim de sistematizar as transformações estruturais e históricas. Assim, entende-se que ocorreu uma (re)funcionalização das políticas sociais, com a implementação de programas sociais no contexto de globalização neoliberal.

É válido ressaltar que o receituário neoliberal traz consigo a reestruturação produtiva, que resultou em sérias modificações no mundo do trabalho, acentuando ainda mais o processo de precarização deste. No quesito da proteção social, o neoliberalismo enfatiza a intervenção mínima do Estado, para que este repasse suas responsabilidades para as associações privadas.

Dessa forma, as problematizações sociais tornam-se alvos da caridade e da “solidariedade” privada, perdendo sua característica de direito e excluindo os processos reivindicatórios dos movimentos sociais. Cabe ser frisado que as políticas sociais latino-americanas são frutos de processos históricos distintos e específicos e que determinam o trato que o Estado dá à questão social, mas que também sofreram (sofrem) influência direta total do modelo neoliberal.

Entende-se que, o projeto neoliberal se estende em três tendências que rege às exigências do grande capital: 1) a flexibilização da produção e das relações trabalhistas; 2) a desregulamentação das relações comerciais (oferecendo ao capital financeiro liberdade de movimento); 3) a privatização do patrimônio estatal, através da transferência de atividades de órgãos públicos estatais a empresas privadas. (BEHRING, 2008; NETTO, 2012).

Diante deste exposto, a classe trabalhadora é fragmentada de acordo com divisão sociotécnica do trabalho devido à propensão de associações internacionais em que reflete na organização da classe; tem-se “[...] ajustes econômicos e reformas institucionais [...]” (MOTA, 1995, p.118) que aumentaram o incentivo à privatização e à burocratização estatal, principalmente no que se refere à desconstrução de direitos sociais.

Outro ponto importante e válido ser discutido é que as políticas sociais latino-americanas estão inseridas na categoria de regulação social tardia, ou seja, estas se conformam de uma forma diferente do que ocorre na tendência europeia que foram orientadas pelos princípios do Relatório Beveridge.

A diferença se dá basicamente pelo movimento histórico vivenciado na América Latina marcado por características pessoais, tais como: seu estágio de desenvolvimento econômico e os regimes ditatoriais presentes em todo território, consolidando a hegemonia de forças antidemocráticas, além da escravatura negra e a grande presença de povos indígenas. Sendo assim, “[...] as políticas sociais são instaladas de forma fragmentada, setorizada e em geral, com acesso limitado ao operariado urbano, e fortes sinais de branqueamento no acesso aos seus benefícios.”. (SPOSATI, 2011, p. 106).

O cenário latino-americano é marcado por uma subordinação, que já faz parte do seu surgimento, acarretando consequências de dependência. A América Latina possui uma “herança estrutural extremamente heterogênea e desigual do ponto de vista social; dependente e periférica do ponto de vista econômico; e instável e autoritária do ponto de vista político-institucional” (SOARES, 2009, p. 34). No final da década de 1990, o neoliberalismo passa a demonstrar seus primeiros sinais de esgotamento de forma visível. Suas promessas não foram cumpridas, e a América Latina continuou imersa na dependência e no subdesenvolvimento.

Ao analisar o percurso das políticas sociais, é notável uma forte aproximação com modelos europeus, no quesito de exprimir as mesmas características no modelo de proteção latina, ignorando as especificidades locais. Já na materialização de uma política de bem-estar social, percebe-se um amplo desinteresse por parte do Estado e de seus governos em torná-los prioridade, bem como pelo fato da região ter sido alvo de intensos regimes ditatoriais, dificultando, assim, a implementação de uma proteção social voltada a lógica de universalidade.

Na história estrutural do capitalismo, constata-se que a cada nova crise vivenciada esta adquire meios de retomar formas de acumulação cada vez mais fortes, organizadas e resistentes, na qual seu lado antissocial vem se destacando como propulsor e mola para a manutenção do sistema, evidenciando o que, em seus primórdios, já tivera sido concluído: o antagonismo entre as classes sociais fundamentais (a burguesia e sua pompa versus o proletariado e sua resistência), base política, econômica e cultural deste modo de produção, que se torna cada vez mais inflexível.

A presente discussão traz dialeticamente pontos sobre como se tem dado o movimento de desmonte da proteção social especificamente, no Brasil. Apesar do berço europeu ser o símbolo de propostas de proteção universalista, podemos observar a tentativa pontual de alguns países latinos em discutir tal possibilidade, mas na realidade, este modelo não obteve sólida implementação, sendo ainda mais bombardeado com a tentativa neoliberal de entrada nos países capitalista considerados periféricos, através de ditaduras violentas, e de moldagem ao padrão capitalista proposto pelos organismos financeiros internacionais.

Sendo que o neoliberalismo se incide do âmbito cultural, na forma de viver e enxergar o mundo, levando as camadas mais pobres, incluindo a classe trabalhadora, a reproduzirem seus ideais, desmantelando a organização dos trabalhadores, sinal este, extremamente positivo para o capitalismo e sua proposta, pois uma classe trabalhadora desorganizada reflete no avanço de um capitalismo cada vez mais antidemocrático e antipopular, como observa-se plausivelmente na realidade brasileira.

Esse novo imperialismo debruçou-se com imensa força no mundo, aparado numa ideologia que assola o âmbito social das nações, tendo um maior rebatimento nos países de terceiro mundo, que se subjugam aos moldes neoliberais mais expressivamente. Os sistemas de Seguridade Social e de toda tangente na Assistência Social têm sofrido desde seu financiamento à sua implementação, até a superação das barreiras no âmbito ideológico da população, com o pensamento da desqualificação de tudo aquilo que seja público e a inserção no controle social democrático.

Diante do exposto, a “reforma” do Estado brasileiro deve ser analisada como parte de um processo histórico e conjuntural de crise do capital nos anos 1970, com a reestruturação produtiva e a mundialização do capital, quando na década de 1980, o Brasil vivenciou e ainda vivencia a implantação de uma constituição cidadã, sob forte pressão das camadas populares.

Posteriormente, em 1990, a onda neoliberal assolou o país e ameaçou todo amparo social constituído, culminando na formação de uma Previdência Social sob a lógica do contrato; a Política de Saúde precarizada e acessada via mercado, e uma Assistência Social cada vez mais filantrópica e terceirizada. Esta é a configuração do tripé da Seguridade sob os rebatimentos das configurações mundiais.

Contudo, nos últimos anos, o governo assumiu o processo de redução dos direitos com a subordinação das políticas sociais à lógica da “estabilização econômica”. Para discutir as Políticas Sociais sob a perspectiva dialética, faz-se necessário analisar o desenvolvimento do capitalismo, o papel do Estado e das classes sociais. Compreender como os caminhos trilhados podem ajudar a entender desafios atuais e futuros, sobretudo no que diz respeito ao projeto político nacional que vêm se desenhando.

A crise global do capital que se arrasta nos dias atuais provocou mudanças estruturais no processo de produção capitalista e no campo da reprodução social redimensionando às relações econômicas, sociais, políticas e culturais. O ordenamento jurídico que sustenta a política de assistência social como direito constitucional subsiste dentro de um contexto de avanços do ideário neoliberal que reduz gastos na área social em prol do desenvolvimento econômico. O Estado, como pilar fundamental de sustentação do capital, assume a condução

do processo de redução dos direitos com a subordinação das políticas sociais à lógica de estabilização econômica.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu a assistência social como um direito fundamental. O artigo 203 determina que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, 1988). No artigo 204 encontram-se duas diretrizes da política de assistência social, relacionadas à descentralização político-administrativa e à participação da população e controle social.

Apesar das vantagens trazidas à população com a criação da política de Assistência social é preciso analisá-la criticamente, tentando estabelecer a materialidade desta, pois ainda persiste uma grande lacuna entre a política no plano formal e o que se esboça na sua concretização.

O ideário neoliberal no Brasil tem sido responsável pela redução dos direitos sociais e trabalhistas, manifestada no acirramento do desemprego estrutural, na precarização das relações e condições de trabalho, e no desmonte dos serviços sociais, onde se estabelecem mecanismos de subordinação do Estado ao mercado. Neste sentido, há uma ênfase na criação de parcerias do Estado com a sociedade civil. Isso acaba refletindo nos princípios e na qualidade dos serviços e programas prestados aos usuários, além de promover o desmonte da participação social nos espaços de controle social.

Na concepção de Sposati (2005) sobre a realidade brasileira há “uma regulação social tardia e frágil na efetivação dos direitos sociais, principalmente pela vivência de processos ditatoriais agravados pela sua duração e travamento da maturação democrática da sociedade” (p. 508).

Nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff é importante considerar que houve uma redução expressiva da desigualdade social e avanços sociais com a criação de alguns programas como o Bolsa Família. Contudo, os fatores de continuidade da política neoliberal vistos nos anos 1990 permaneceram. Mota (2012), ao abordar a política neodesenvolvimentista desses governos, afirma que ao mesmo tempo em que cumpre tarefas democráticas, “A pobreza aparece distanciada dos debates estruturais e é transformada num objeto técnico em si”. (p. 181).

Com o golpe de estado de 2016, que culmina na destituição da presidenta Dilma, o Presidente interino Michel Temer, na intenção de manter níveis econômicos satisfatórios, para mencionar alguns dos retrocessos, aprova a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos (EC nº 95/2016), que limita, por 20 anos a ampliação dos gastos na área social, com o objetivo de garantir a “[...] conservação e modernização da ordem capitalista”. (MOTA, 2012, p. 23).

Com a ascensão da extrema direita, a expectativa de o Estado cumprir sua responsabilidade de investir e ampliar os programas sociais se torna cada vez mais distante. As medidas propostas pelo novo governo Bolsonaro abrem totalmente as portas para os interesses do capital e do empresariado, o que significará retrocessos do ponto de vista social dificultando a concretização de serviços públicos de qualidade que possam atender as reais necessidades da população. Com isso assistimos a um progressivo retorno das desigualdades econômicas e sociais.

A Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE, divulgados no fim de 2018, mostram que, entre 2016 e 2017, a proporção de pessoas pobres no Brasil subiu de 25,7% para 26,5% da população: um aumento de 2 milhões. Já o grupo dos extremamente pobres cresceu de 6,6% da população em 2016 para 7,4% em 2017, passando de 13,5 milhões para 15,2 milhões. Ou seja contra números tão incisivos não resta dúvidas da imensa calamidade social que se encontra o Brasil (IBGE, 2018).

Observa-se que as necessidades sociais não tem sido prioridade da atuação estatal, e que faltam propostas sérias e eficientes para a solução de problemas econômicos e sociais. Concretamente, a institucionalização da política de austeridade fiscal e o corte de gastos no orçamento público para áreas sociais impactam a forma como as pessoas se relacionam no mundo do trabalho e no seu acesso a direitos.

Dado que o cenário atual impõe inúmeras adversidades, (re)pensar as políticas públicas no atual contexto, debatendo os principais desafios e possibilidades, torna-se fundamental. Neste processo, mesmo com o seu caráter contraditório, compreendemos as políticas sociais como dispositivos de acesso a direitos cidadãos e enfrentamento das mais diversas vulnerabilidades presentes em nossa sociedade.

A partir disso, fica clara a importância da militância política, como elemento chave para impulsionar algumas pautas, permitindo que sejam construídas soluções e alternativas reais no que se refere às barreiras impostas pelas instituições estatais.

A construção de um modelo econômico inclusivo e promotor de direitos deve compreender os movimentos sociais e o conjunto da sociedade civil como sujeitos ativos na formulação e no acompanhamento das decisões governamentais, e não como meros objetos destas. Governar um país como o Brasil requer a mais ampla e diversificada mobilização dos grupos sociais, de modo a criar um ambiente em que muitas vozes sejam ouvidas. Ao mesmo tempo, a participação de movimentos sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil nas decisões reforça o caráter popular do governo e estimula a organização da sociedade, promovendo um salto de qualidade no patamar civilizatório do país.

CAPÍTULO III: O DESAFIO ATUAL DO ASSISTENTE SOCIAL PARALELA A ÉTICA PROFISSIONAL NA FILEIRA DOS DIREITOS SOCIAIS

Antes de mais nada é essencial ressaltar que esse tema é extremamente desafiador, pois o momento em que se vivencia exige uma reflexão sobre qual é o papel do Serviço Social na sociedade, em especial no Brasil. A quem se destina? A quem serve: Capital, Trabalhador ou ambos?

É evidente que nessa discussão não tem como esgotar esse assunto, por conta da sua complexidade, mas pode-se ocorrer uma breve contextualização do percurso do Serviço Social, abordando principalmente como tem se posicionado ética e politicamente frente às recorrentes crises do capital, haja vista os intensos rebatimentos no campo das políticas sociais, pela ideia que é através das políticas sociais que o Serviço Social tem possibilidades de posicionar-se em favor da classe trabalhadora, e assim construir mediações que possibilitem a objetivação do projeto ético-político no cotidiano profissional.

Essa é uma discussão que precisa ocorrer em qualquer abordagem do Serviço Social, às vezes até cansativa de ser retornada, mas importante para entender questões que serão abordadas adiante nessa discussão. Nesse primeiro momento é pertinente referir que entender a profissão significa entendê-la no interior do desenvolvimento das relações de produção capitalista, portanto, no âmbito das contradições da sociedade de classe.

Com a estruturação da classe operária novas exigências sociais passam a ser reivindicadas, é nesse sentido que as classes dominantes criam estratégias que direcionam as lutas populares ao enquadramento da legislação burguesa, cujo controle é de competência do Estado. Através dos mandos da burguesia são criados os mecanismos de prevenção e manipulação dos movimentos da classe trabalhadora, onde o objetivo é a garantia da reprodução das relações sociais para ampliação do capital.

Nesse contexto o Serviço Social é constituído para intervir na realidade incipiente. Tendo a missão de trabalhar as disfunções sociais por meio de recursos técnicos específicos que deem conta de ajustar os indivíduos a sociedade. É nesse momento em que os problemas sociais começam a ser descortinados pelos movimentos operários que as primeiras escolas de serviço social são criadas, com a finalidade de atuar nas variadas expressões da “Questão Social”. No Brasil o ensino de serviço social inicialmente foi realizado nas Universidades Católicas, o que estabelece uma ligação intrínseca entre a profissão e a igreja, essa relação ocorre no desenvolvimento do capitalismo industrial e no processo de urbanização.

A primeira escola de Serviço Social do Brasil é criada em São Paulo (PUC/SP) data de 1936, sua base de formação filosófica era o neotomismo, e a partir desse momento é iniciada uma nova etapa na prática da assistência social com forte influência da igreja. A criação das escolas visa “dar respostas à Questão Social”. No decorrer do processo histórico e com o desenrolar do período desenvolvimentista o Serviço Social carente de uma perspectiva de maior impacto acaba por direcionar o seu trabalho mediante a “orientação” de superação dos problemas de fundamento estrutural.

“A ideologia desenvolvimentista em seu aspecto mais aparente e geral envolve a proposta de crescimento econômico acelerado, continuado, autossustentado. O problema central a resolver constitui-se em superar o estágio transitório do subdesenvolvimento e do atraso. A meta a atingir é a prosperidade, a grandeza material da nação, a soberania dela decorrente, a paz e a ordem social – tudo isso potencialmente viável, bastando que se traga à luz a riqueza existente e adormecida de que o país dispõe, através do traçado de política adequada e do trabalho constante”. (IAMAMOTO, 2014, p.359).

Fundamental intensificar que o Serviço Social é situado como instrumento de consecução dos objetivos nacionais. Até mais, o Poder acelera a forma pela qual o Serviço Social deverá trabalhar: diversas modalidades de atuação em Desenvolvimento da Comunidade. Nessa circunstância o Serviço Social tem o papel de readaptar-se para sintonizar seus discursos e métodos com as preocupações das classes dominantes e do Estado em relação à questão social e sua evolução. (IAMAMOTO, 2014, p.368)

Entretanto com o fracasso dos regimes populistas desenvolvimentistas, intensificaram-se os movimentos populares no campo e na cidade. De frente a essa realidade econômica os assistentes sociais aperceberam-se que a implementação das políticas desenvolvimentistas estava longe de se cumprir e a categoria necessitava refletir e mudar sua maneira de intervir na realidade, nesse processo estudantes e docentes de serviço social assume a tarefa de revisar a profissão, ao que posteriormente foi denominado de movimento de Reconceituação no Serviço Social, que imprimiu uma série de avanços teórico metodológico e ético-político a profissão.

As políticas sociais constituem-se em estratégia de enfrentamento à pobreza, configura-se como o campo de maior atuação do Serviço Social, no entanto, é necessário compreender porque as políticas sociais em momentos de crise do capital sofrem consequências desastrosas em sua objetivação.

No Brasil a garantia dos direitos sociais como dever do Estado está efetivamente previsto na Constituição Federal de 1988, momento em que o Estado institucionaliza as reivindicações da classe operária, o que representaria o Estado de Bem-estar Social, caso na

prática tivesse se efetivado. O Welfare State instituído na década de 40 com a criação de políticas de proteção social nos países europeus, jamais se realizou no Brasil, uma vez que a CF/1988 na prática não se efetivou devido as recorrentes crises do capitalismo, que ao redefinir estratégias de acumulação estabelece medidas de ajuste econômico com forte redução nas políticas públicas de proteção social, neutralização dos avanços e conquistas sociais alcançados pelos movimentos sociais da classe trabalhadora, principalmente aquelas inerentes a década de 1980.

Um cenário onde se presencia dia a dia o desmonte dos direitos sociais, fica-se a reflexão ou a busca por respostas de como uma profissão que se consolida na sociedade Brasileira na medida em que se constituem no país as políticas sociais e seus padrões de proteção social, vai “conseguir” manter-se com o grau de excelência que conquistou no planejamento, gestão e avaliação dessas políticas.

O Serviço Social como associado do processo de reprodução dos interesses do capital e das respostas às necessidades de sobrevivência da classe que vive do trabalho encontrasse diante de uma dicotomia que não pode ser exaurida, uma vez que as classes sociais só existem nessa relação. E nessa contradição o profissional encontra dificuldades para defender o direito social do usuário, fazendo com que a profissão viva um dilema que só tende a se problematizar nessa sociedade capitalista.

Mas as respostas a essas questões são encontradas no debate teórico metodológico da profissão, no projeto ético-político que definem claramente as perspectivas de afirmação do compromisso dos assistentes sociais com a classe trabalhadora.

O entendimento teórico-metodológica refere-se a entender as demandas que são colocadas ao profissional pelos indivíduos, não como singulares, mas como expressões sociais que são decorrentes da desigualdade social vinculada a sociedade capitalista. A partir dessa visão o profissional não cometerá o “erro fatal” de atribuir ou responsabilizar o indivíduo por um problema que antes de se tornar individual é social, e é criado pelo capitalismo.

A compreensão/incorporação do projeto ético-político pelo assistente social refere-se à perspectiva crítico dialética que visa dar direcionamento às ações do profissional. Visa demonstrar que a resolução dos problemas dos indivíduos só se efetiva com a transformação das bases do modo de produção capitalista.

As possibilidades de objetivação do projeto ético político são intrínsecos ao cotidiano profissional, onde a preservação e ampliação dos direitos se dão com a participação dos profissionais em espaços de representação, tais como os conselhos de direitos da criança e adolescente, do idoso, da pessoa com deficiência, dentre outros espaços que se colocam, mas

que nem sempre é observado como possibilidades de concretizar a cidadania dos usuários do Serviço Social.

O profissional – assistente social – diante dessa realidade, embora não de maneira absoluta tem condições de construir mediações que viabilize o acesso dos usuários aos direitos sociais, ainda que não seja na amplitude desejada. Não se trata aqui de pontuar-se, ou descrever-se como se dá essa realização no cotidiano profissional, posto que os diversos espaços de atuação profissional possuem demandas variadas e o caminho para objetivação do projeto ético-político nesses espaços profissionais são peculiares.

Embora as peculiaridades de cada espaço de trabalho tenha que ser levada em consideração não pode-se deixar de creditar que os avanços teórico-metodológico e ético político são construções coletivas da categoria e nesse sentido, tal como foi e vem sendo construída as bases para a intervenção profissional com direcionamento das ações a classe trabalhadora o profissional mais que nunca tem que descobrir e construir formas de organizar e conscientizar a classe trabalhadora usuária de suas ações que se faz urgente a sua organização em massa para que os direitos sociais conquistados ao longo da história não saia definitivamente da agenda política tal como deseja os organismos Conservadores imbuídos pelos princípios da ordem neoliberal.

Nas palavras do historiador inglês, Eric Hobsbawm (2007, p. 11):

“A globalização, acompanhada de mercados livres, atualmente tão em voga, trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais, no interior das nações e entre elas. Não há indícios de que essa polarização não esteja prosseguindo dentro dos países, apesar de uma diminuição geral da pobreza extrema. Este surto de desigualdade, especialmente em condições de extrema instabilidade econômica com as que se criaram com os mercados livres globais desde a década de 1990, está na base das importantes tensões sociais e políticas do novo século O impacto dessa globalização é mais sensível para os que menos se beneficiam dela (...).”

Ou seja, esse drama crônico é indissociável da condição de capitalismo periférico e dependente dos centros mundiais. Ao longo dos três últimos decênios, o serviço social no Brasil foi polarizado por um duplo e contraditório movimento: o mais representativo foi o processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens; em sinal contrário, verificou-se o revigoreamento de uma reação (neo)conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam, como já indicou Netto (1996), apoiada nos lastros da produção pós-moderna e sua negação da sociedade de classes.

O patrimônio intelectual e político, construído pelo serviço social brasileiro, tem no seu núcleo central a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista – no diálogo com outras matrizes analíticas – e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais.

Dentre as conquistas desse patrimônio coletivo poder-se-ia salientar:

□ Na contramão do mar de individualismo e de insensibilidade ante os dilemas da coletividade, os assistentes sociais preservaram sua capacidade de indignação ante as desigualdades e injustiças sociais, mantendo viva a esperança em tempos mais humanos. E estão cientes de que a construção desses novos tempos depende de cada um e de todos aqueles que vivem os dilemas da exploração do trabalho e da falta deste, como o avesso da riqueza e da opulência do consumo mercantil.

□ No campo do exercício profissional, esse patrimônio tem impulsionado a busca permanente de aperfeiçoamento, a inquietação criadora e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, dotados de clara direção política e profundamente sintonizados com as necessidades dos sujeitos coletivos.

□ Foi construída, na prática cotidiana, uma nova imagem social de profissão relacionada aos direitos, voltada à participação qualificada dos sujeitos sociais em defesa de suas necessidades e direitos nos espaços ocupacionais, nas instâncias de representação coletiva e nas formas diretas de mobilização e organização social.

□ Avança-se no autorreconhecimento, por parte do assistente social, de sua condição de trabalhador assalariado, integrado ao trabalho coletivo, com atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos. Um exemplo marcante foi a ampla mobilização social ocorrida em favor da aprovação do Projeto de Lei nº 152/2008, que trata da redução da carga horária semanal de trabalho do assistente social para 30 horas sem redução de salário (PL 30 horas), coroada de êxito.

□ Esforços foram empreendidos na qualificação das competências e atribuições do assistente social nos segmentos mais representativos do mercado de trabalho: na assistência social, na saúde, na área sociojurídica, dentre outras, o que merece permanente aperfeiçoamento e atualização. Todavia, ainda falta atribuir maior visibilidade às experiências inovadoras de trabalho na perspectiva do projeto profissional coletivamente construído.

□ A pauta temática da pesquisa indica uma profissão com profunda vocação histórica e uma inquietante agenda de debates, o que denota a fecunda interlocução do Serviço Social com

o movimento da sociedade. Hoje o Serviço Social é reconhecido como área de conhecimento junto às agências públicas oficiais de fomento à pesquisa e inovação tecnológica, uma conquista absolutamente inédita no contexto latino-americano.

Após uma intensiva e maciça leitura com relação a esse tema, pode-se relatar que na contramão dessas conquistas, atualmente jogam águas no moinho do neoconservadorismo no serviço social a massificação e a perda de qualidade da formação universitária que facilitam a submissão dos profissionais às “normas do mercado”, tendente a um processo de despolitização da categoria. Estabelece preocupações como “empregabilidade”, “formação por competências” requeridas pelo mercado, “flexibilização dos currículos plenos” para contemplar novas demandas mercantis; a “tecnificação” como referência de qualidade da atuação profissional sob a prevalência da razão instrumental e a consequente redução do padrão cultural da formação acadêmica.

Outro ponto relevante é o crescimento descomunal do contingente profissional nas últimas décadas, com a expansão acelerada do ensino superior privado – particularmente dos cursos superiores a distância –, poderá impulsionar a criação de um exército assistencial de reserva. Trata-se de um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade, em um ambiente político que estimula a criminalização da “Questão Social”, das lutas dos trabalhadores e o caráter assistencial das políticas sociais.

Ao nível das requisições profissionais, existem três tendências prevaletentes na cultura contemporânea de raiz liberal que vêm interferindo decisivamente nas respostas institucionais à “questão social” no campo da política social: A primeira tendência é o reforço do individualismo e a responsabilização da família trabalhadora pela ultrapassagem dos níveis de pobreza.

Ou seja, esses profissionais são chamados a exercer a “vigilância social” ou o “policimento social” dos pobres, evitando artimanhas no uso indevido de recursos públicos, demanda persistente desde os primórdios da profissão. É interessante observar que ao grande capital não é requerida qualquer “vigilância social”, em decorrência dos créditos públicos obtidos para mover seus negócios.

A segunda tendência é a moralização da “Questão Social”, ou seja, a subjetivação das necessidades, escamoteando as condições miseráveis de sobrevivência de amplos contingentes de trabalhadores sobrantes. Consta-se a tendência em “não sujar as mãos” com as necessidades de sobrevivência material de segmentos mais pauperizados da população trabalhadora, a favor de um trabalho considerado ‘mais nobre’ na esfera da cultura, da educação ou da esfera psicológica dos sujeitos.

A terceira tendência das requisições profissionais ao nível das políticas sociais é a assistencialização da barbárie do capital e a criminalização de suas manifestações: esta junção atualiza o Estado Penal (WACQUANT, 2001) e permite reiterar uma antiga e persistente aliança entre repressão e assistência no trato da “Questão Social” em detrimento dos direitos civis, sociais e políticos do cidadão. Nesse quadro, os assistentes sociais são chamados a verificar in loco as condições de vida da população trabalhadora, ingressando no seu espaço doméstico e familiar, o que pode redundar em antiéticas invasões da privacidade em nome da burocracia, do controle estatal e do cumprimento dos parâmetros de produtividade do trabalho.

Essas extensões multiculturais e multiétnicas firmam efetivamente assimetrias nas relações sociais que potenciam as desigualdades sociais, necessitando ser consideradas como componentes da política da transformação das classes trabalhadoras em sujeitos coletivos. Mas quando descoladas de sua base social comum – sua extração de classes – tem-se a responsabilização do indivíduo e da família trabalhadora por ações para o enfrentamento da pobreza.

Nessa concepção, os riscos não são decorrentes do fracasso do capitalismo ou de sua crise, mas sim do êxito dessa civilização. A sociedade de risco é produto da radicalização do princípio do livre mercado e dos fluxos financeiros globalizados, que rompem com as cadeias do controle nacional e supranacional.

Assim, a teoria do risco é uma visão laudatória, sob a ótica do capital, dos impasses que acompanham o “sucesso” da expansão capitalista na era da globalização, silenciando a crise de larga duração que atinge a acumulação em escala mundial. Dialogando com Marx, ao afirmar que o capitalismo é seu próprio coveiro, Beck (1997 b) assim se pronuncia:

Primeiro não é a crise, mas as vitórias do capitalismo que produzem a nova forma social. Segundo, isto significa que não é a luta de classe, mas a modernização normal e a modernização adicional que está dissolvendo os contornos da sociedade industrial. A constelação que está surgindo disso também nada tem em comum com as utopias até agora fracassadas da sociedade socialista. (p. 12-13).

Em decorrência, surge a necessidade de “empoderar” as pessoas que vivem a pobreza crônica, nelas desenvolvendo potências e capacidades para aliviar os riscos previsíveis do mercado, com base no acesso crescente a uma gama de ativos. Em outros termos, a superação da pobreza está na inserção ativa dos pobres na lógica do mercado, seja por meio da produção ou do consumo.

Se as ações profissionais são formas de operacionalização dos fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos, que se expressam nas estratégias e nos procedimentos

na ação (WANDERLEY, 2008), as análises inspiradas nessa leitura da proteção social se chocam claramente com as conquistas acumuladas pelo serviço social brasileiro. A dimensão de classe das relações sociais não tem lugar nesse universo, assim como a luta por direitos sociais universais como estratégia de acumulação de forças na perspectiva de construção histórica de uma sociedade radicalmente democrática para todos. Dissemina-se, assim, o novo ecletismo no âmbito das políticas sociais: entre o risco social e a luta por direitos ao qual teremos que estar atentos.

Desta maneira, a capacitação profissional, o desenvolvimento de uma investigação substantiva, o aumento do status e poder político do profissional nas organizações que permitam não só executar senão desenhar as políticas sociais, a incorporação de demandas emergentes e a discussão do mercado de trabalho definindo novos cenários laborais, todos estes (não poucos) desafios, são urgentes e emergenciais ao Serviço Social.

“A razão que esclarece, compreende, explica, também recobre, mutila e obscurece. Quando permanece no nível das aparências, das partes invertebradas, das singularidades exóticas, a reflexão pode tornar-se prisioneira do que observa, do que se vê, sem nunca apreender o segredo da realidade, os nexos constitutivos das formas de sociabilidade, dos jogos das forças sociais em suas configurações e em seus movimentos, perdendo-se as possibilidades do devir” (IANNI, 2009, p. 208). Este é um dos maiores desafios, interpretar os segredos da realidade para dar visibilidade às possibilidades de respostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo sintetiza reflexões onde reafirmam-se que a crise do capital e as transformações contemporâneas no mundo do trabalho instituíram profundas redefinições na sociedade, no Estado e nas políticas sociais, refletindo nas condições e relações de trabalho dos assistentes sociais.

A globalização, os avanços tecnológicos e científicos são utilizados em detrimento da classe trabalhadora, à favor do capital, fortalecendo a exclusão e minimizando os investimentos, principalmente com as políticas públicas, ou seja, esta precarização caminha para o atendimento das demandas do mercado de trabalho, contribuindo para mão de obra barata, desemprego e esfacelamento dos direitos sociais e trabalhistas.

O Estado, atuando na implantação de políticas sociais públicas, vem ao longo dos anos navegando sob critérios do mercado internacional e condicionando a população brasileira ao declínio dos direitos sociais estabelecidos constitucionalmente em 1988, imerso de lutas, subordinação, discriminação e coerção como vivenciado no período da ditadura, demonstrando o papel cartorial desempenhando pelo Estado, como legalizador do processo de aviltamento do direito social.

Ou seja, o paradigma neoliberal em suas estratégias de manutenção do poder vigente, acaba culpabilizando o indivíduo, reduzindo aos usuários o acesso às políticas sociais, seja de educação, de saúde, assistência, previdência ou qualquer outra, a blocos fragmentados e emergenciais que ora é atendida pelo Estado, mas em sua maioria pela sociedade civil, ou seja, o terceiro setor e empresariado, respondendo apenas à camadas isoladas e extremamente precarizadas como vem ocorrendo com a assistência social.

Outro ponto importante para salientar é que ao mesmo tempo em que os assistentes sociais evidenciaram discussões institucionais para o desenvolvimento do seu trabalho, elucidaram o modo de agir do Estado, ou seja, suas respostas frente às expressões da questão social, mediadas, sobretudo, por políticas compensatórias e focalizadas.

O Estado ao repassar a sociedade civil o compromisso com as políticas sociais, individualiza as relações e imprime a retirada do caráter político das mesmas. A avaliação da natureza das desigualdades sociais e da pobreza, bem como a análise das estratégias plausíveis para sua superação, contribuirão para que o desenvolvimento humano e a expansão das liberdades sejam concretizados.

Salienta-se que o debate iniciado nesta pesquisa não esgota o tratamento da temática, sendo assim, há necessidade do aprofundamento das discussões. Julga-se importante a

realização de estudos que possam retratar com maior propriedade o perfil e alcance das políticas públicas no país.

O desenvolvimento deste estudo trouxe informações e subsídios como relevância ao desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao desmonte das políticas sociais e as condições de trabalho do assistente social como agente de efetivação destas políticas, além de proporcionar informações acerca da temática em discussão.

Buscar por possibilidades que permitam concretizar os direitos sociais é necessária para que novos horizontes sejam trilhados em relação ao contexto e políticas destinadas a esse fim, principalmente no tocante ao campo de trabalho do assistente social, que tem grande relevância para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Sendo assim, ressalta a relevância desse estudo para sucessivas pesquisas acadêmicas, bem como para toda sociedade que por ventura interessar-se em desenvolver temáticas a este respeito.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. Trabalho e neodesenvolvimentismo – choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014. BEHRING, Elaine.R. e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.). **PósNeoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL; CENTRO DE ESTUDOS E PROJETOS EM EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional**. In: Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.
- BARROS, Ricardo Paes de e, HENRIQUES, Ricardo & MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997.
- BECK, U. Autodissolução do risco da sociedade industrial: que isso significa. In: **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997.
- BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2. ed. São Paulo: 34, 2011.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica do Serviço Social vol. 2).
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BOITO Jr. Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**, São Paulo, Xamã, 1999.
- BORON, Atílio A. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BOSCHETTI, I **A insidiosa corrosão dos sistemas de proteção social Europeus**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 112, out./dez. 2012.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Lei orgânica da assistência social (LOAS)**. 2 ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.
- BRASIL. Senado Federal. Constituição Federal da República do Brasil 1988. Brasília/DF: Ministério da Educação, 1989.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios de democracia e socialismo**. São Paulo, Cortez, 2000.
- COUTO, Berenice Rojas, et al (orgs.) **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2010.
- DRUCK, Graça. **Principais indicadores da precarização social do trabalho no Brasil (versão preliminar)**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. GRUPO DE TRABALHO SINDICATO, TRABALHO E AÇÕES COLETIVAS, 14. Rio de Janeiro, jul. 2009. Disponível em: <www.coloquio-sso.blogspot.com/2010/04/coloquio.html>. Acesso em: 15 maio. 2019.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Las funciones de la política social en el capitalismo. IN: BORGIANI, Elisabete e MONTANO, Carlos (orgs.). **La Política Social Hoy**. São Paulo: Cortez, 2000.
- GONÇALVES, R. **Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 112, out./dez. 2012.
- HOBBSAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação teórico metodológica.** São Paulo, Cortez Editora, 2014 (41ª Ed.).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Estado, classe trabalhadora e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I. BEHRING, E. R. SANTOS, S. M. dos (org). **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, O. A Questão Social. In: **A ideia do Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 87-109.

_____. Enigmas do pensamento latino-americano. In: IAMAMOTO, M. V.; BEHRING, E. Pensamento de Octavio Ianni. **Um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil.** Rio de Janeiro: Faperj/Centro de Estudos Octavio Ianni/7 Letras, 2009, p. 195-244.

IBGE, **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 /** IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** Cortez. São Paulo, 2007.

LOPES, Cintia Fonseca; CRUZ, Erivania Bernardino (org). **VadeMecum do Serviço Social.** 7ª ed. Fortaleza: Premium, 2016.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** Trad. Carlo Eduardo S. Matos et al. São Paulo: Abril Cultural. Os economistas, 1982.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital.** Trad. Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editora. 2002.

MONTANÕ, Carlos. La política social: espacio de insercion laboral y objeto de reflexión del Servicio Social. (Apresentação). In: BORGIANI, Elisabete e MONTANO, Carlos (orgs.). **La Política Social Hoy.** São Paulo: Cortez, 2000.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e Seguridade Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elizabete (org). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade.** 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

- MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.
- MOTA, Ana Elizabete. AMARAL, Angela. (org.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.
- NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez. 2001.
- NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2012, n.111, pp.413-429.
- NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996. n. 50.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida. **A política social no contexto da seguridade social e do welfare state: A particularidade da assistência social**. Brasília: NEPOS / CEAM / UNB, 1997.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida. **A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Crítica marxista da teoria e da prática da política social capitalista: peculiaridades da experiência brasileira**. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 1987.
- PEREIRA, Potyara. La política en el contexto de la seguridad social y del Welfare State: la particularidade de la asistencia social. In: BORGIANI, Elisabete e MONTANO, Carlos (orgs.). **La Política Social Hoy**. São Paulo: Cortez, 2000.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SALVADOR, E. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, out./dez. 2010.
- SILVA, José Fernando Siqueira. **Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social**. In: Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 6, n. 2, 2006.
- SILVA, M. O. da S.; YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez. 2004.

_____. ; AMARAL, Angela. **Reestruturação do Capital, fragmentação do trabalho e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1998.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SITCOVSKY, M. Conciliações e contradições entre assistência social e trabalho: o impacto da bolsa família. In: **As ideologias da contrarreforma e o serviço social/organização**: Ana Elisabete Mota. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. 437p.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira [et. al.]. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Aldaiza. **Proteção Social e Seguridade no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social**. Serviço Social & Sociedade, v. 1, p. 652-674, 2013.

SPOSATI, Aldaiza. **Sistema Único: modo federativo ou subordinativo na gestão do Suas**. Revista Katalysis, v. 18, p. 50-61, 2015.

SPOSATI, Aldaiza. **Tendências latino-americanas da política social pública no século 21**. R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011.

SPOSATI, Aldaíza. **Tendências latino-americanas da política social pública no século 21**. Katálisis, Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WANDERLEY, M. B. Políticas públicas e trabalho social: polêmicas em debate. In: _____ (Org.) **Metodologias do trabalho social**. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2008, p. 11-17.

YAZBEC, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.